essas atribuições de montar a temática da Conferência Municipal de Habitação. É nossa sugestão. Sr. Aloísio - Perfeito. Quanto ao prazo também tem que mudar? Sra. Ana Maria - Sim, deixariamos tudo em aberto. Reescreveria praticamente esse Voto, colocando o que já fizemos no passado, que foi criado um grupo de trabalho na 5ª Gestão do Conselho justamente para essa finalidade, então, praticamente copiaria o texto, só que o grupo não avançou em nada, ficou patinando e não resolveu, não teve sucesso, não teve a realização, não propôs nada, não trouxe nada aqui para o Plenário. Mas a redação de como esse grupo deve funcionar já a temos mais ou menos pronta, que era o que foi estabelecido no passado. Sr. Aloísio - Então, fica a sugestão da Ana Sra. Samira - Queria só tirar uma dúvida na verdade. Esses GTs que estamos montando, porque assim, já montou alguns GTs na reunião da Executiva ha um mês e não apareceu nada. Tem que ser publicado no Diário Oficial, mas como é dada a organização? É uma convocação feita por vocês? Quem convoca isso? Sr. Aloísio - A organização é feita pela Secretaria. Ana, por favor. Sra. Ana Maria - O Lucas do IAB já me fez essa pergunta. Como vai funcionar? O que vamos fazer? Esses grupos de trabalho que estão sendo colocados agora, vamos publicar no Diário Oficial a relação. Eles têm uma dinâmica própria, que e isso que peço para lerem a Resolução 44/2010, que está no site, mas vou encaminhar também cópia para vocês, como é a dinâmica que funciona. A primeira reunião nós da Secretaria Executiva vamos montar uma agenda, um calendário para encaminhar a cada grupo, dia e hora para cada grupo se reunir. O grupo funciona sozinho, pela dinâmica que foi escrita na Resolução 44, ele tem que na primeira reunião votar quem vai ser coordenador, que tem que ser um Conselheiro. Quem vai ser o coordenador adjunto. E cabe a esse coordenador ou adjunto convocar as reuniões, qual seria a próxima, como fazemos aqui no Conselho Pleno. Montar uma agenda, quais são os objetivos desse grupo. Vai ter um relator. Então, a primeira reunião, nós, da Secretaria Executiva temos tomar essa iniciativa de provocar a primeira reunião de cada GT. Dali para frente o coordenador nos comunica quando é a próxima reunião. Cada coordenador de cada grupo marca as próximas reuniões. Uma terceira coisa que você colocou Samira, e que foi criado um GT lá na Comissão Executiva. Mas só lembrando que você ficou de indicar quem da Sociedade Civil iria participar daquele GT, mas não tivemos a resposta. Sra. Samira - Vou verificar e passarei. Mas precisa disso para ser convocado, é isso? Sra. Ana Maria - Sim, temos de montar. Sr. Aloisio - Estamos aguardando indicação do nome. Sra. Samira - Tudo bem. Sr. Aloisio - Foi por isso que no 1º GT proposto hoje queríamos fechar todos os nomes. Sra. Samira - Fiquei como representante e tinha entendido que ia ter a reunião e poderia mudar. Sr. Aloísio - Não, precisamos de todos os nomes para fazer a convocação. Senhores, vamos os nomes. Movimentos Populares: Fátima, Alexandre Bonfim, José de Anchieta Rocha, Uranide Sacramento, Miguel Gomes Lima, Tereza Lara, Antônia do Nascimento, Maria Esther, José Marcelo, Manoel Santos Silva, Maria de Fátima dos Santos. Sociedade Civil: Sra. Fernanda - Tenho o pedido da suplência da Daniela Fajer Rosa, do SASP. Sr. Aloisio - Daniela Fajer Rocha. Mais alguém? Sra. Janaina - Não seria eu, mas a Joselia. Sr. Aloisio - A Joselia é dos Movimentos Populares? Sra. Janaina - Da ONG APOIO. Sr. Aloisio - Qual o nome da ONG? Sra. Ana Maria - APOIO. Sr. Aloisio - E do Poder Público? (Pausa) Aloisio, José Amaral Wagner Neto, Toledo. Vou convidar Mário Reali do DEPLAN, Kátia Batista, Coordenadora do Trabalho Social, Juliana Jacometto representando a COHAB. Então, os que concordam em convocar a 2ª Conferência Municipal de Habitação, pernameçam como estão. (Pausa) Aprovado. E para promover a Conferência será constituído um grupo de trabalho que já foi devidamente aprovado por este Conselho, cujos nomes já estão arrolados na ata desta 2ª Reunião Ordinária. (Item 11) Informe sobre o pedido feito na 1ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação-7ª Gestão pelo Conselheiro Élcio Sigolo para que fosse solicitada à Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento a abertura de mais uma vaga na Comissão de Avaliação de Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social- CAEHIS, a ser preenchida por representante do Conselho Municipal da Habitação do segmento da Sociedade Civil. Então, é uma devolutiva daquilo que foi requisitado, daquilo que foi solicitado na 1ª Ordinária. Então, segue o informe. Vou ler o informe nesse sentido: Que na 1ª Reunião Ordinária do Conselho, o Conselheiro Élcio Sigolo pediu para que fosse solicitado à Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL, abertura de mais uma vaga na Comissão de Avaliação de Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social- CAEHIS, a ser preenchida por representante do Conselho Municipal da Habitação do segmento da Sociedade Civil. Esse pedido foi formulado pelo Secretário Fernando Chucre através do Ofício 50SEHAB da Secretaria Executiva do Conselho Municipal 2018, juntado no Processo SEI nº 6014.2018000172 4-6 e também houve uma reiteração do pedido CMH por meio do Ofício 527 SEHABG Gabinete 2018, remetido à SMUL no dia 10 de setembro de 2018 e juntado no Processo SEI 6068.2018000202 9-2. E em resposta à solicitação a Secretária Municipal de Urbanismo e Licenciamento, a Sra. Heloisa Proença, por meio do Ofício 664/2018 SMUL, cujo trecho transcreve-se: tal pedido depende de alteração legal, pois a composição atual é decorrente do disposto no Art. 88 da Lei 15.764/2013, devidamente recepcionado pela Lei 16.974/2018, nos termos do seu Art. 40, conforme manifestação da Assessoria e Comissões Técnicas e Licenciamento – ASSEC, cujas cópias integram. Então, a manifestação na integra será disponibilizada em nosso site, que também será encaminhado ao interessado, que houve indeferimento do pedido. Como também o pedido anterior, só pode ser feita alteração do dispositivo legal um projeto de lei, não um simples pedido do interessado, está ok? (Pausa) Então, perfeito, com os devidos esclarecimentos. Sra. Fernanda - Se o Conselho e deliberativo e ele pode, pelo Regimento dele, alterar o Regimento, ele tem essa possibilidade? Sr. Aloisio - Não, o Conselho não tem essa permissão. A lei não pode ser alterada. Sra. Maria Fernanda - A Resolução nº 1 do CMH é o Regimento Interno do CMH e ele diz que pode alterar o Regimento. Eu queria esclarecimento, porque o CAU foi criado por uma lei e nós podemos alterar o nosso Regimento dentro, depois de aprovado pelo Conselho Deliberativo do CAU. E eu emendo não a lei, o nosso Regimento aqui do Conselho Municipal de Habitação, o Conselho Municipal de Habitação pode deliberar e pode alterar o Regimento. Então eu queria essa explicação, uma coisa é mudar a lei, outra coisa é mudar o Regimento Interno, em que ai no meu caso acrescentaria o nome do representante de classe na Comissão Executiva, é um esclarecimento que depois eu gostaria que me fosse enviado. Sr. Aloisio - Tudo bem. Enviaremos o esclarecimento, eu só vou adiantar. Existem diplomas legais de naturezas diversas dentro do ordenamento jurídico. O ordenamento, falando tecnicamente, como operador do direito. O ordenamento jurídico é composto por vários diplomas legais, nós chamamos de normas jurídicas. Normas jurídicas no sentido amplo da palavra, lato da palavra. Lei é uma norma jurídica, decreto é uma norma jurídica, regimento interno é uma norma jurídica, mas cada uma com a sua natureza distinta, com suas atribuições diferentes uma da outra e cada uma obedecendo dentro desse ordenamento jurídico a sua posição de hierarquia. Enfim, lei pode revogar lei, lei pode alterar lei. Regimento interno pode alterar dispositivo dentro dele mesmo. No caso dela, uma lei disciplinou tal conduta, tal dinamismo, só lei pode revogar lei, só lei pode alterar lei. O Conselho não tem atribuição de uma atividade legiferante, ele não produz leis. Quem produz leis é a Câmara Municipal ou os Parlamentos, quer a Assembleia Legislativa, quer Câmara Federal, dos deputados, Congresso. Toda nossa organização como sociedade, enfim, não quero avançar, não quero entrar no nível do detalhamento, e farei isso num documento escrito. Então, infelizmente, em resumo, só lei pode alterar lei, quando tiver algum item dentro do nosso Regimento Interno, esse pode ser alterado por este Conselho, mas é um diploma legal diferente de lei. Então, acho que ficou esclarecido. Eu vou dar a palavra ao Toledo quanto ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano. Depois passo para você, Sandro. Com a palavra, Toledo. Sr. Toledo - Uma apresentação de slides sobre aplicação da reunião de amanhã. Na verdade, é uma proposta bastante simples. Eu faço com no primeiro slide apresentação da composição dos valores do FUNDURB, mostrando que ele permanece o mesmo que nós vimos no final do ano passado quando apresentamos aqui e agora estamos propondo a inclusão de um terreno entre os terrenos que já existiam como objetivo de desapropriação, porque foi selecionado pelo Ministério das Cidades para fazer parte do Minha Casa Minha Vida. Então esse foi um chamamento do edital 2002/2015. O terreno é o General Rondon nº 52, e ele foi vencido pela Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia. Então, a nossa única proposta é inclusão sem retirada de nenhum outro item na possibilidade de aquisição pelo FUNDURB. Essa é a única alteração que propomos nós vamos apresentar isso na reunião que teremos amanhã, às 14h. Sr. Aloisio - Não havendo nenhuma inscrição, vamos ao voto. Os que concordam com o Plano de Aplicação apresentado pela Assessoria Técnica do Gabinete da SEHAB para a reunião do Fundo de Desenvolvimento Urbano permaneçam como estão. (Pausa) Não havendo manifestação em contrário, aprovado. Nosso outro item extrapauta é do Conselheiro Sandro, sobre a reintegração de posse do Bauru/Lajeado. Sr. Sandro - Bom, eu sei que está todo mundo cansado e eu trago com certa urgência esse item de pauta. Estive no sábado passado nesta ocupação Primeiro de Maio, é uma ocupação que tem vários loteamentos, é praticamente um bairro, que foi auto construido pelos moradores, pelos trabalhadores. Ao todo são 380 famílias vivendo nesse local e parece que uma das áreas que vai ser reintegrada, que era para ter sido reintegrada no dia 18, na quinta-feira retirada, foi adiada me parece que pelo período eleitoral, não pega bem acontecer uma situação como essa e a gente entende que é importante que casos como esses não sejam tratados apenas com policia, a gente tem que achar outras saídas. Estou trazendo para o Conselho, estou com uma ata aqui. Estive lá nessa ocupação conversando com algumas lideranças, com o Sr. Roque, Dona Maria, enfim, estou com a ata da reunião que teve em agosto com a SEHAB, COHAB. Gostaria de pedir uma explicação para a colega da COHAB, que está por aqui, porque nessa reunião houve um acordo que os moradores aceitariam sair da área se tivesse auxílio aluguel, só que eles estão alegando que não receberam auxílio aluguel e a reintegração de posse está prevista agora para o dia 30, na próxima terça- feira. Então, nossa preocupação é, vai haver ou não vai haver a reintegração de posse e como e que o Conselho pode acompanhar um processo como esse, entre outros que estão acontecendo na cidade, porque temos que achar outras saídas. Basicamente por isso eu trago essa pauta e pela urgência, porque é dia 30 agora, porque se fosse mais para frente, faríamos o procedimento. Sr. Aloisio - Realmente os representantes da comunidade estiveram tanto no gabinete da SEHAB quanto da COHAB e foi proposta uma retirada pacífica do local, em que se foi ofertado o abrigamento provisório, os albergues para aquelas pessoas que não tem para onde ir, lista de cadastro futuro e o arrolamento para atendimento por meio do auxílio aluguel somente para aquelas famílias que se enquadram nos critérios de vulnerabilidade da Portaria 131/2015. E os representantes da comunidade queriam o atendimento integral das famílias e não é possível. Não temos legislação para que preveja o atendimento integral dessas famílias. Apenas os critérios de vulnerabilidade. Então, já como os representantes da comunidade não aceitaram que somente as famílias que tivessem esse perfil fossem atendidas, dificultou o trabalho para o arrolamento com estudo de caso social para verificar quais são as famílias que tinham esse perfil. Então, na dificuldade que a Secretaria teve em, no território de fazer esse arrolamento, não foi possível atender. E aí chegou o prazo da reintegração de posse, que é iminente, dia 30 agora. Essa reintegração de posse já foi adiada por algumas vezes, e uma determinação judicial. Essa comunidade já esteve no gabinete do prefeito, já esteve no gabinete do secretario de relações sociais, já esteve também no nosso gabinete, da SEHAB e também no gabinete da COHAB. Infelizmente, o acordo não prosperou. Não por parte do Poder Público, mas por parte de algumas dificuldades no território para se fazer o arrolamento visando o estudo social de caso a caso. A COHAB quer falar alguma coisa? Sra. Juliana - Esse empreendimento é chamado Bauru/Lajeado, a COHAB desapropriou, já está em nome da COHAB, está em adjudicação e está para ser assinado agora com a Caixa dia 26/11. Estamos correndo, falta só praticamente reintegração, senão já teria assinado. São quase 1000 unidades do Programa Minha Casa Minha Vida FAR. Acho que é Construtora Itajaí. E é uma deliberação, foi um chamamento, é chamamento Minha Casa Minha Vida FAR. Já foi selecionado pelo Ministério das Cidades para assinar o contrato e começar a obra no dia 26/11 agora, por isso que é um compromisso. Ele vai ser contratado para atender demanda aberta. Na Portaria do Ministério das Cidades os chamamentos não são vinculados a PAC, mas são assinados os contratos como demanda aberta, da Portaria do Ministério das Cidades, 50% é o cadastro da COHAB e até 50% pode ser área de remoção de risco, que ai a SEHAB que tem que indicar. Então, todos os outros empreendimentos de demanda aberta do chamamento Minha Casa Minha Vida FAR, têm vários que estão em obra já, a demanda é essa, 50% é cadastro da COHAB e os outros 50% é demanda da SEHAB, dos que estão inclusive em auxílio aluguel, que foram removidos já por área de risco, para diminuir esse atendimento pelo Ministério Público em cima da SEHAB, pressionando para acabar. Então esses empreendimentos do chamamento Minha Casa Minha Vida FAR são praticamente para atender essas demandas. Sr. Aloisio - E todas as atas de tentativa de negociação também estão disponíveis no nosso Núcleo de Mediação de Conflitos e também nos autos do processo judicial que cuida da reintegração de posse. Com a palavra a Conselheira Antônia, na sequência, os Conselheiros Quico e Miguel. Sra. Antônia - Em 24 anos de Movimento de Moradia e de Movimento Popular já vimos isso acontecer várias vezes. Mas sempre colocamos a possibilidade de atender essas famílias nessa demanda, principalmente porque é FAR, tem uma responsabilidade COHAB para demanda, mas também SEHAB, não é isso? Sra. Juliana - Por lei. Sra. Antônia - Entendemos que quem vai ser tirado do terreno está em risco. Desculpa, porque alguns de vocês vão achar que não, mas entendemos que está em risco. Naquele momento muitos não têm pra onde ir mesmo. Sr. Aloisio - Entendi. Os critérios de risco foram construídos pela Secretaria da Habitação de riscos biológicos, de alagamento. Sra. Antônia - Mas ir para rua também é um risco, Secretário. Sr. Aloisio - Quanto aos critérios de risco, como falei, já são disciplinados pela Secretaria da Habitação, mas nada impede de chamarmos em sede de Conselho um esclarecimento do que seria risco e de como tratar esse risco. Sr. Alexandre "Kiko" - Eu só não ouvi a quantidade de unidades que vão ser construídas nesse terreno. Sra. Juliana - 956. Sr. Alexandre "Kiko" - Lá tem 380 famílias. Quantas dessas famílias dentro da legislação vão ser atendidas? Sr. Aloisio - A demanda é aberta. Sr. Alexandre "Kiko"- Que estão lá, que você falou que nem todas se enquadram, quando ele colocou "Se poderiam ser atendidas" você disse que "Não, porque nem todos". Sr. Aloisio - Quando falei do atendimento foi via auxílio aluguel. Auxílio aluguel foi discutido um pouquinho agora nessa reunião e chegamos ao entendimento de que não é o atendimento ideal, o atendimento habitacional ideal. A proposta é que se reduza o auxílio aluguel na cidade de São Paulo para que esse recurso seja investido em produção de unidades habitacionais. Se o senhor me permite uma conta breve, a Secretaria de Habitação paga R$400 reais de auxílio aluguel. São 28 mil famílias cadastradas, dão R$11. 200 milhões por mês de despesa com auxílio aluguel. Se você multiplicar por 12 meses no ano dá quase R$140 milhões. Então, por isso que é necessário que esse grupo de trabalho, o GT do PMH discuta isso, mas discuta de uma forma de ter uma proposta para que esse recurso seja investido em unidades habitacionais. Sr. Alexandre "Kiko" - Então, só para finalizar. Têm famílias que você pode identificar que realmente não vai ter para onde ir. Sei que a demanda é aberta e nem sempre vão vir pessoas falar que são da região, pode ser que venham pessoas lá da Zona Sul para ir lá para a Zona Leste. Tem esse problema também. Será que não haveria uma possibilidade, não furando a fila, de um atendimento, talvez não nesse, mas em um próximo, para poder ver quem mesmo de fato está precisando. Sr. Aloisio - Então, foi um dos itens propostos. O nosso objetivo é diminuir o auxílio aluguel, não o valor, mas diminuir as famílias atendidas com o auxílio aluguel, para que os nossos recursos sejam direcionados para produção de unidades habitacionais e urbanização de assentamentos precários. É uma questão de direção de investimentos. O CMH, este Conselho também tem essa função quanto aos recursos do FMH - Fundo Municipal de Habitação. E ele tem cadeia em dois Fundos também de onde temos recursos, que é o FUNDURB e FMSAI. Nós temos um mapeamento de mais de 3.700 assentamentos precários na cidade de São Paulo, só na cidade de São Paulo. Então, o nosso objetivo é urbanizar e produzir lugares de interesse social. Esse é o nosso objetivo, essa é a nossa luta, porém, existem famílias lá que estão em estado de vulnerabilidade? Sim. Como todo assentamento precário tem. Quais são essas famílias? Eu só sei como Poder Público só vou descobrir quais são as famílias que estão encuadradas em vulnerabilidade se eu tiver acesso ao território para que eu possa fazer um estudo social de caso a caso. Por isso, infelizmente, nós tivemos resistência no território para poder fazer esse estudo social através do nosso corpo técnico de assistentes sociais, estou falando no caso levantado aí na ocupação Primeiro de Maio, chamado pela COHAB como Bauru/Lajeado. Infelizmente, tivemos essa resistência, e não é só no Primeiro de Maio, existem outras comunidades que também demonstram essa resistência. Então, nós estamos fazendo um trabalho junto aos núcleos de mediação de conflitos, um trabalho de conscientização da necessidade de se permitir com que a Secretaria de Habitação entre nesse território e faça essa análise. Aí sim, aquele que precisa do auxílio aluguel será contemplado, para que não oneremos demais o nosso orçamento, senão não conseguiremos investir em mais unidades habitacionais. Sr. Alexandre "Kiko" - Só queria dizer que no início aqui, sei que tiveram algumas mudanças. Eu me informei aqui que têm vários três empreendimentos: Atibaia I, II e III no Jd. São Roberto, total de 400 famílias, têm 400 famílias no auxílio moradia, porque lá está ocupado desde 2014 e até agora não tem uma solução. Sr. Aloisio - Estive no Atibaia I. Promovemos o arrolamento, verificamos algumas famílias em estado de vulnerabilidade, todos eles saíram de forma pacífica e aqueles que foram enquadrados na vulnerabilidade foram atendidos com o auxílio aluguel, só que infelizmente no dia seguinte houve uma reocupação. E aí nós temos um critério que reocupantes – Ocupantes é uma coisa – reocupantes não terão direito ao auxílio aluguel. E se aquele que for contemplado com auxílio aluguel reocupou a área terá o seu auxílio aluguel cancelado. Por favor, Miguel com a palavra. Desculpa, é que me abstenho de comentário porque acho que minha figura tem que ser neutra, só de conduzir a pauta, mas vejo que tem que ter mais ética, porque existem movimentos sérios e existem movimentos que não têm ética. E esses movimentos que não tem ética acabam prejudicando os sérios. Meu comentário é de natureza pessoal, me abstenho, porque acho que a figura do Secretário Executivo do CMH e do adjunto da Habitação tem que ser uma figura neutra. Sr. Miguel - Concordo que uma pessoa que já foi contemplada no auxílio aluguel, reocupando outro espaço tem que perder mesmo. Não sou a favor disso. Só que aí a Secretaria que acompanha isso deve ter também um acompanhamento muito próximo, porque vemos área hoje sendo desocupada e no dia seguinte está sendo ocupada até pelas mesmas pessoas e fica por isso mesmo. Todos estão com risco de vulnerabilidade: vulnerabilidade social, vulnerabilidade da violência; vulnerabilidade para várias coisas. Sra. Jomarina - Concordo com o companheiro. Quando falam assim "Vai pegar umas famílias e levar para o albergue e auxílio aluguel e para quem está vulnerável". Olha, o albergue é para situação mesmo de vulnerabilidade social. Albergue não é a solução para uma família constituída que esteja em uma residência fixa. Sabemos que o auxílio moradia é enxugar gelo, mas acho que tem que se pensar em outra solução. Sr. Sandro - E de fato eu não entendi ainda e não está claro para mim quantas famílias serão reintegradas, porque são vários terrenos lá, inclusive tem terreno privado. Ao todo, é uma comunidade com 380, mas quantas são? Aí estamos tratando de números, mas não são números, são pessoas, são vidas, são histórias de vidas. Estive lá no sábado e é um bairro consolidado, estão vivendo lá há quatro anos; tem casa de dois andares, com garagem, portão, casas reformadas, gente que trabalha na feira, gente que fez um monte de coisas para construir aquelas casas e simplesmente agora vai passar um trator por cima e não tem uma solução? É essa a questão. Sr. Aloisio - São dois terrenos, Sandro, e os dois têm por titular COHAB como proprietária. Sra. Juliana - São somente os dois terrenos que a COHAB desapropriou e viabilizou esse chamamento Minha Casa Minha Vida FAR, que vai construir 956 unidades. Nesse terreno, SEHAB fez o cadastro, já se tem o número, eles sabem quais são, porque esse grupo de mediação está conversando direto e são somente nesses dois lotes. O restante que está ocupado não vai ser reintegrado, somente nos dois terrenos que são da COHAB, chama Bauru/Lajeado. Sr. Nunes - Bom, estou tentando pensar aqui como que nós, enquanto Conselho consegue atuar neste caso, ou em casos como esse, que tipo de encaminhando poderíamos tirar aqui num caso como esse. Então, primeiro, algumas questões. Estamos entendendo aqui pela explanação da SEHAB, COAHB, que é uma situação irreversível a questão da reintegração de posse, pelo posicionamento aqui, 26 de novembro para assinatura do contrato, e tal, então, que seria uma situação irreversível e que não há mais o que fazer para desistir ou prorrogar a reintegração de posse, o que seria a primeira preocupação: como fazer para pelo menos ter mais tempo para negociar, tal, enfim, votar a ser uma coisa pacífica. Vou fazer uma sugestão aqui, não sei se cabe para o CMH, mas, enfim. Na verdade só reforçar o que o Sandro já colocou, se seria o caso de formar um grupo, uma comissão para acompanhar a reintegração e tentar contribuir para que não ocorra nenhuma violência maior. Sra. Fátima - Acho que reintegração é uma coisa muito ruim. Sabemos como acontece reintegração, como são essas coisas. Então, proponho que a Secretaria consiga arrumar uma solução, conseguir reintegrar essas famílias que estão lá, arruma uma solução, um meio de impedir que aconteça reintegração, que essas famílias saiam de lá com algum atendimento. Sr. Aloisio - Senhores, vamos então à deliberação. Na verdade o item extrapauta oferecido pelo Conselheiro Sandro coube aqui alguns informes por parte da Secretaria Municipal de Habitação e da Companhia de Habitação, a COHAB e o Conselheiro Nunes propôs a criação de um grupo de trabalho para acompanhar as medicações de conflito, ou um comitê para acompanhar essa reintegração específica, mas não está nas atribuições do CMH. Infelizmente não há o deferimento nesse sentido. Concordo que a solução se dá através do diálogo, mas posso lhe garantir que foi proporcionado o diálogo. Infelizmente, não houve aí um acordo que tivesse aceitabilidade por parte dor moradores. Mas o Núcleo de Mediação de Conflitos está à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários conforme essa reintegração em tela, tudo bem? Acho que finalizamos aqui com esses informes. Agradeço a presença de todos, agradeço a colaboração de todos os funcionários e técnicos da SEHAB, COHAB, em especial da Secretaria Executiva do CMH que viabilizaram essa nossa reunião ordinária. Encerramos a 2ª Reunião Ordinária. (Encerra-se a reunião).

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SECMH

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO GESTÃO BIÊNIO 2018/2020

Data da Reunião: 08 de novembro de 2018

Local: Rua Libero Badaró nº 504 – 18º andar – Sala 182 – Centro – SP

Aos oito dias do mês de novembro do ano 2018, às 14h, nas dependências do Edifício Martinelli, 18º andar, sala 182, auditório, Rua Libero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Habitação – Gestão – 2018/2020, conforme lista de presença, os membros (as) Conselheiros (as) presentes do Poder Público: Aloisio Barbosa Pinheiro (Poder Público/SEHAB); José Toledo Marques Neto (Poder Público/SEHAB); Silvia de Mesquita Rodrigues de Freitas (Poder Público/SEHAB); Silas Faria de Souza (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Arlete dos Anjos Grespan (Conselheira SMUL); Juliana Jacometto Marchi (COHAB-SP); Yara Cunha Costa (SP Urbanismo); José Eduardo Villela Santos (Infraestrutura Urbana e Obras - SIURB); Wilson Cabral da Silva (Secretaria Municipal da Fazenda – SF); Maria Isabel Rodrigues Paulino (PROCENTRO) Luis Octavio da Silva (PROCENTRO) e Ana Maria Martins Brandão Furlani Braia (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo). Conselheiros (as) dos Movimentos Populares: Marisa Dutra Alves (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1). Mônica Fátima Ziliani (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Oeste); Maria Silvone Oliveira (Associação Anjos da Paz da Vila Santista); Alexandre Bonfim França (Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia); Neurani Rodrigues Gomes (Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia); Antônia Lindinalva Ferreira do Nascimento (Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional 26 de Julho); Maria de Fátima dos Santos (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste); Miguel Gomes Lima (Associação dos Trabalhadores Sem Terra Oeste – Residencial City Jaraguá); Uranide Sacramento Cruz (CEPROCIO); Tereza Lara (Movimento Populares/Associação Estrela Guia dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste); Mirtes Maria Vaz Felix Gaspar de Souza (Associação por Habitação com Muita Dignidade); Jomarina Abreu Pires da Fonseca (Movimentos Populares/Associação Movimento Sem Teto do Centro); Welita Alves Caetano Ribeiro (Associação Movimento de Moradia em Defesa dos Direitos Sociais – AMMDDS); José de Anchieta Rocha Junior (Associação Comunitária de Moradores na Luta por Justiça); José André de Araújo (Associação de Moradores do Jardim Manacá da Serra e Adjacências); Wanderley de Almeida Gomes (Associação Ação Comunitária Nova Heliópolis); Marisete Aparecida de Souza (Movimentos Populares/Fórum dos Mutirões de São Paulo); João Bosco da Costa (ADOCC-SP); Maria Esther de Sousa (UMVASA); Samira de Jesus Barbosa de Souza (UMVASA); Maria Aparecida Pontes (Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo). Conselheiros (as) da Sociedade Civil: Álvaro Augusto Andrade Vasconcelos (AP£OP - Associação Paulista de Obras Públicas); Joselia Martins Pereira (APOIO – Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste); Janaina Nascimento (APOIO – Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste); Olivar Irapuam da Silva (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil no Estado de CTB-SP); Delana Cristina Corazza (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Maria Fernanda Ávila de Souza da Silveira (Conselho de Arquitetura e Urbanismo de SP - CAU-SP); Samira Rodrigues de Araújo Batista (Instituto de Arquitetura do Brasil SP - IAB-SP); Lucas Daniel Ferreira (Instituto de Arquitetura do Brasil SP - IAB-SP); Rosa Maria Eiras (Ordem dos Advogados do Brasil OA3-SP); Cláudio Alexandre Sena Rei (Ordem dos Advogados do Brasil OA3-SP); Nunes Lopes dos Reis (Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais); Débora Andrade Silva (SCIESP- Sindicato dos Corretores de Imóveis de SP); Élcio Sigolo (SINDUSCON-SP- Sindicato da Industria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo); Carolina Rafaela Ferreira (SECOVI-SP- Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação, e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo); Mariana Estevão de Souza (Sindicato dos Arquitetos no Estado de SP-SASP); Paulo Emilio Buarque Ferreira (Universidade Presbiteriana Mackenzie) e Sandro Barbosa de Oliveira (Usina – Centro de Trabalho para Ambiente Habitado). Conselheiros (as) Ausentes: Fernando Chucre (Poder Público/SEHAB); José Amaral Wagner Neto (SEHAB); Regina Helena Nader (Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento -SMUL) Alexsandro Peixe Campos (COHAB-SP), Edson Brasil da Silva (COHAB-SP); Roseli Magalhães Cunha (Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento -SMUL); Regina Maria Martins Mesquita (Secretaria Municipal de Gestão–SG); Leonardo Amaral Castro (SP Urbanismo); Ilzangela Keila de Almeida Rex Lampariello (Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras–SIURB); Mariza Alves Figueiredo (Secretaria Municipal da Fazenda-SF); Bruna Fábio Antunes (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE). Tamara F. Burg (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SMDE); Andreia Leal Ferro (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo); Humberto Emmannuel S. Oliveira (CDHU); Wagner M. Frenci (CDHU); Fernando Augusto Marques Cera (Caixa Econômica Federal – CEF); Fábio C. Sola (Caixa Econômica Federal – CEF; Manoel dos Santos Almeida (MDF – Movimento de Defesa do Favelado – Região Episcopal Belém); Jeremias das Neves (Movimento dos Encortiçados, Sem Teto, Catadores de Papelão da Região Central de SP); Maria dos Santos Almeida (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste); Felícia Mendes Dias (Associação Morar e Preservar Chácara do Conde – Fase I); Sheila Cristiane Santos Nobre (Associação de Moradia do Parque Otero); Manoel Santos Silva (Associação dos Cidadãos Unidos da Zona Leste); Eliude Nicolau Araújo (Movimento pelo Direito e Moradia – MDM); José Marcelo da Silva (Associação Ação Comunitaria Nova Heliopolis); Darcy da Silva Costa (Fórum dos Mutirões de (São Paulo); Adriana da Silva Oliveira (Associação de Defesa e Orientação ao Consumidor Contribuinte de São Paulo – ADOCC-SP); Mara Inês Batista (Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo); Guilherme Leme Perazza (APEMEC – Associação de Pequenas e Médias Empresas de Construção Civil do Estado de São Paulo); Anderson Fernandes Guahy (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil no Estado de São Paulo); José Carlos Espirito Santo Murilo (Central Única dos Trabalhadores – CUT-SP); João Batista Gomes (Central Única dos Trabalhadores – CUT-SP); Juliana Lemes Avanci (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Violeta Saldanha Kubrusly (Conselho de Arquitetura e Urbanismo de SP-CAU-SP); Adelcke Rossetto Netto (Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais); Alexandre Marques Tirelli (SCIESP – Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo); Daniela Ferrari Toscano de Brito (SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo); Márcio Jeha Chede (SECOVI-SP- Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação, e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo); Daniela Fajer Rosa (Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo-SASP); Denise Antonucci (Conselheira Universidade Presbiteriana Mackenzie); Paula Carvalho Paschoal Raulino (Conselheira Usina – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado). Justificaram a ausência os (as) Conselheiras (os): Maria de Lourdes Zuquim (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo/FAU-SP) e Luciana de Oliveira Royer (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo/FAU-SP). Presentes os (as) senhores (as): Ana Maria Maluf Moussalli (SEHAB); Cristina Pimenta Nunes (COHAB); Décio Vieira de Souza (COHAB-DEFIN); Denise Lopes de Souza (SEHAB); Márcia Maria Fartos Terlizzi (SEHAB); Patrícia Gelmetti (SEHAB); Talita Veiga Cavallari Fonseca (SMUL-FUNDURB) e Outras vinte e uma pessoas assinaram a lista de presença. Pauta da Reunião: 1) Apresentação pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento sobre as

autenticade certificada oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sábado, 15 de dezembro de 2018 às 04:26:45.

competências, as origens dos recursos e a gestão operacional do FUNDURB – Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca; 2) Apresentação dos trabalhos do Grupo Executivo Intersecretarial constituído pela Portaria nº353/18 para realizar visitas técnicas nos imóveis edificados, públicos ou privados, objeto de ocupações irregulares, já identificados pela Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB, ou que venham a ser posteriormente identificados, para verificar as condições desses imóveis e emitir relatório de requalificação de segurança das edificações, bem como a apresentação dos trabalhos a serem realizados pelo Grupo Técnico Intersecretarial constituído pela Portaria nº648/2018-PREF, sob a coordenação da SEHAB, com o objetivo de propor soluções técnicas e jurídicas necessárias para efetivação das medidas propostas para mitigação dos riscos constatados nos imóveis visitados. Nesse item da pauta deverão ser escolhidos representantes do CMH entre os segmentos da sociedade civil e dos movimentos de moradia para compor o Grupo Técnico (cópia das Portarias nº353/18 e nº648/2018-PREFem anexo)- Conselheiro Fernando Chucre; 3) Reapresentação do Voto CMH Nº 02/2018- 7ª Gestão- pleiteia a criação de um Grupo de Trabalho-GT para acompanhar o orçamento da Habitação junto à Câmara Municipal e a implementação do Programa de Metas para a área habitacional do Município de São Paulo- Conselheiras (o) Mônica Fátima Zilani, Maria Sibrone Oliveira, Martes Maria Vaz Felix Gaspar de Souza, Welita Alves Caetano Ribeiro, Ieremias das Neves (cópia em anexo); 4) Reapresentação do Voto CMH Nº 03/2018- 7ª Gestão- pleiteia que a SEHAB solicite a revogação do Plano de Aplicação de Recursos do FUNDURB para a área de Habitação para o exercício de 2019 para antes haver o debate da proposta dos recursos a serem destinados à Habitação junto ao CMH- Conselheiras (o) Miguel Gomes de Lima, Maria de Fátima dos Santos, Mariza Dutra Alves, Sheila Cristiane Santos Nobre (cópia em anexo); 5) Reapresentação do Voto CMH Nº 06/2018- 7ª Gestão- pedido de reinclusão da comunidade Quaresma Delgado no HABISP (HabitaSampa) e na demanda já vinculada ao empreendimento habitacional denominado Forte da Ribeira- Conselheiras (o) Antônia Lindinalva Ferreira do Nascimento, Maria de Fátima dos Santos, Alexandre Bonfim França. Início Reunião: Sr. Aloísio - Boa tarde a todos, iniciaremos a 1ª Reunião Extraordinário do CMH da 7ª Gestão. Tendo quórum, daremos início aos nossos trabalhos. O item 1 da pauta a pedido do Conselheiro Alexandre Bonfim, que faremos essa apresentação. Chamamos a Talita Veiga Cavallari do SMUL, Secretária Executiva do FUNDURB, para a devida apresentação. Sra. Talita - Boa tarde a todos, como o Secretário já explicou, foi um pedido do conselheiro na nossa última reunião do FUNDURB, é a segunda vez que eu venho fazer essa apresentação para o Conselho. Na gestão anterior fizemos uma apresentação também, então toda vez que for necessário podemos comparecer, tirar as dúvidas do Conselho. Basicamente o Fundo foi criado pelo primeiro Plano Diretor Estratégico, e foi atualizado no novo plano, que é a Lei Municipal 16.050 de 2014, e ele é regrado pelos artigos 337 aos 341. Além disso, temos o Decreto que regulamenta como são feito as reuniões, como é feito o pedido de liberação de recursos do Fundo, que é o decreto 57547, e temos a resolução 001, que tem no seu Regimento Interno. Bom, a composição do Fundo ela foi recentemente alterada, nós temos cinco conselheiros do Poder Público e cinco conselheiros da Sociedade Civil. Então temos hoje uma cadeira para Secretaria da Fazenda, uma para a Secretaria de Gestão, Secretaria de Justiça, uma representação do Gabinete do Prefeito, com titular e suplente, e a SMUL, que detem a Presidência do Conselho. E temos a composição da Sociedade Civil, o Fundo é um Conselho paritário, então ele tem meio a meio. Temos da Sociedade Civil um conselheiro do CMH. Temos dois conselheiros, duas cadeiras para o CMPU, sendo que se eu não me engano três dos conselheiros são de movimentos de moradia também. E temos uma cadeira para o Conselho de Trânsito e Transporte, e uma cadeira para o Conselho de Meio Ambiente. Bom, o Artigo 339 do Plano Diretor, ele prevê onde os recursos devem ser gastos. Então em primeiro lugar temos a execução de programas e projetos habitacionais, sistema de transporte público coletivo, ordenamento direcionamento da estruturação urbana, implantação de equipamentos urbanos e comunitários, proteção e recuperação e valorização de bens de valor histórico, criação de unidades de conservação. E temos também parte para elaboração de projetos destinados à execução desses itens. Além disso, temos o artigo 340, ele prevê um mínimo de destinação de recursos do total arrecadado no Fundo. Então, a principal fonte de arrecadação do Fundo, é a outorga onerosa, que está mais para frente. E de tudo que é arrecadado pelo Fundo, não só de outorga onerosa, mas tudo que é arrecadado, 30% é destinado para aquisição de terrenos destinados a produção de habitação de interesse social, 30% é para implantação dos sistemas de transporte público coletivo, ciclo viário e de circulação de pedestres. Caso os recursos não sejam executados no montante mínimo, aí temos um reserva de um ano, esse recurso dos 30% para compra de terrenos, ele pode ser destinado para programas estaduais e federais de provisão de habitação de interesse social, e só depois de dois anos, se ele ainda não foi executado, é que ele volta para o Fundo para ser utilizado com outras demandas. Como eu tinha falado a principal fonte de receita do Fundo hoje é a outorga onerosa, a outorga onerosa é um instrumento do PDE, então hoje temos para cidade todo um coeficiente de aproveitamento, que é o quando você pode construir na cidade, ele é igual a 1, então a área do seu terreno você pode construir uma vez. Temos na lei de zoneamento as possibilidades de se elevar esse coeficiente de aproveitamento, então se você vai construir mais do que 1, você paga uma contrapartida à prefeitura e todo esse valor vai para o FUNDURB, para ser aplicado os recursos. Aqui temos um histórico de arrecadação da outorga onerosa, como eu falei, então nos primeiros anos de existência a arrecadação era bem baixinha e foi subindo, tivemos um pico, que foi justamente no boom imobiliário, que chegamos a arrecadar 339 milhões e a partir desse ano, a outorga foi muito oscilante, então é por isso que vocês veem que o gráfico sobe e desce bastante nesses últimos anos. E tem uma queda desde 2014, 2015 deu uma melhorada e ele permanece abaixo dos 250 milhões anuais. Aqui é um gráfico anual, mostramos esse gráfico, porque a outorga onerosa é muito volátil, então quando fazemos as previsões de arrecadação do ano seguinte, ela pode mudar muito, ela varia muito, ela trabalha muito com mercado imobiliário, com o número de parcelas que são feitas pelo o interessado que está fazendo a sua construção, então por isso que ela é bem diversificada, tanto mensalmente, como anualmente. Esse é um gráfico da arrecadação da outorga onerosa de janeiro a setembro deste ano. Então começamos o ano com 25 milhões em janeiro, 13 em fevereiro, teve um pico no mês de agosto, mas depois como eu explique, tivemos uma queda de novo, então agora do mês de setembro está com 26 milhões. Aqui temos os limites aprovados por secretaria em 2018, trouxemos para exemplificar a questão dos 30% que não são executados ainda. Então por exemplo, para própria Secretaria de Habitação, temos 91 milhões aprovados para 2018, ainda temos o resquicio de 22 milhões em 2016, que está sendo executado já, mas ele foi destinado para obra e temos em 2017, 69 milhões que estão sendo executados também, a Secretaria está executando esses recursos remanescentes, o de 2017 é a aquisição dos terrenos. E aqui temos um resumo do plano anual de 2019, com o total de 289 milhões e a divisão por secretarias. Então a Secretaria de Subprefeituras fica com parte dos 30%, que eu comentei no início da apresentação, para executar a parte de acessibilidade de pedestres. A SEHAB ficou com a totalidade dos 30% para aquisição de terrenos ou imóveis, porque é a Secretaria que faz essas desapropriações para HIS, muitas vezes repassadas para COHAB fazer as desapropriações. E SIURB ficou com a outra metade dos 30%, que cada um ficou com 15%, colocamos 30% para exemplificar o artigo do PDE. Para execução de corredores, que é a acessibilidade também no transporte público. Acho que acabou, é só isso. Obrigada, a todos. Sr. Aloísio - Obrigado Talita, vamos abrir para as inscrições. Sra. Marisa - Eu queria só pedir para a Talita, se havia possibilidade de mandar nos nossos e-mails, essa apresentação, porque eu acho que ela é muito importante para gente, nós pedimos tanto que tivesse essa apresentação aqui, não temos esse material impresso e até para acompanharmos e entender um pouco melhor a dinâmica do FUNDURB. Outra coisa, você colocou ali sobre a questão que o FUNDURB, uma parte desse recurso é para comprar áreas, terrenos. No governo passado, os movimentos, conseguimos pelos editais conseguimos apresentar alguns terrenos e a COHAB comprou para os movimentos que estavam preparados para tocar os projetos. Então assim, agora que você falou que se não compra o terreno, esse recurso pode buscar, ser distribuido tanto para o Estado e para o governo federal. Eu queria saber como que é essa dinâmica, se existe uma prestação de contas para saber se esse ano foi comprado alguns terrenos. Porque não abriu edital para novas terras, então eu fiquei um pouco com dúvida. Sra. Talita - A apresentação, eu acho que a própria Secretaria Executiva do CMH pode disponibilizar para todos. E em relação à aquisição de terrenos e virar para programas estaduais para HIS, na verdade ela é colocada pela Secretaria de Habitação. Então quando continua o interesse ainda a aquisição do terreno, normalmente a Secretaria permanece, então aquele terreno continua no plano e ele é pago com esse recurso do exercício anterior. Agora por exemplo, quando ouve uma desistência na desapropriação por algum motivo jurídico ou que não conseguiu acorrer, esse valor pode ser revertido para esse programa, para programas estaduais de construção, mas é uma opção, ele não vai perder a destinação da aquisição daqueles terrenos, mas ele vira uma opção da Secretaria de Habitação apresentar essa mudança para o programa estadual de obras. E a questão se foi comprado os terrenos, acho que a Secretaria de Habitação pode apresentar, mas já foram adquiridos terrenos esse ano, temos no site do FUNDURB, o Fundo, o Conselho fez aprovações em todas as suas reuniões ordinárias, temos uma prestação de contas parcial. Ou seja, a Secretaria tem que apresentar para os conselheiros o que foi executado durante os meses, temos reuniões a cada três meses. Então a Secretaria tem que apresentar, então no site do Fundo tem todas as apresentações de prestações de conta, então lá você consegue entrar na SEHAB e a SEHAB tem tudo que ela executou durantes aqueles três meses. E só fazemos prestação de contas final no exercício posterior, porque o exercício encerra em 31 de dezembro, mas a Secretaria ainda consegue pagar algumas coisas, por questões contábeis, enfim, aí essa prestação de contas final e feita no outro exercício. Então consolida tanto o valor destinado pros 30%, quanto que foi pago, que foi adquirido para cada uma. Sr. Sandro - É a minha dúvida Talita, eu acho que é uma dúvida mais indireta, mas é uma pergunta também para a SEHAB, porque sabemos como, em São Paulo, a terra está muito cara e tem toda uma discussão também, nós que trabalhamos diretamente com os movimentos populares, toda uma conta que tem que ser feita para viabilizar um projeto, por exemplo, pelo preço dos terrenos. Também faço aqui um registro como na ultima reunião, eu pautei aqui nesse Conselho sobre aquela reintegração de posse no Lajeado, eu acompanhei a reintegração, que foi no dia 30, na terça-feira, muito triste vermos cenas como essas, gostaria de deixar isso registrado. E aí minha dúvida vai no sentido dos terrenos mesmo, dos terrenos que a prefeitura tem disponível, a COHAB, por exemplo, esse era um terreno da COHAB, lá no Lajeado, que foi reintegrado, houve essa reintegração de posse e que sabemos que é um projeto da Minha Casa Minha Vida FAR. Mas quais terrenos mais a COHAB tem disponível para produção de HIS? É isso que gostariamos de saber, porque uma coisa é o recurso para compra do terreno. E se pudéssemos evitar a compra do terreno, é possível ter recurso para fazer diretamente o projeto habitacional para de fato minimizar o déficit habitacional e atender os trabalhadores e trabalhadoras que mais precisam? Sr. Aloisio - Obrigado, o representante da COHAB hoje não está presente para fazer as devidas explicações. Sabemos sobre a reintegração de posse, o núcleo de mediação de conflitos da Secretária de Habitação também acompanhou de perto todas as tentativas de negociação, a Marcia Terlizzi está aqui no auditório. Enfim, houve por parte da Secretaria de Habitação, toda forma de negociação, toda tentativa de negociação para essa retirada pacifica, a área é da COHAB, o adquirente é a COHAB, para a produção de quase 1 mil unidades de habitacionais nesse imóvel em referência. Sra. Marisete - O que eu queria estar questionando, é a questão assim, na gestão passada, foram colocados alguns terrenos em editais, e que entidades foram selecionadas, ganharam esses terrenos e até o momento não houve a compra desses terrenos. Se tem o recurso do FUNDURB, por que isso não ocorreu ainda? E daqui a pouquinho esse dinheiro volta e os terrenos continuam sem a conclusão da desapropriação, porque ainda faltava recurso para isso. Sra. Mônica – O FUNDURB tem esse dinheiro lá e os terrenos que sairam nos editais que não foram, não puderam ser viabilizados por conta da associação, não por problemas da associação, por problemas N's dos terrenos, um com contaminação, outros porque não deu para terminar a compra, como um do Jaraguá. E eu gostaria de saber, a prefeitura tem os terrenos e esses terrenos estão sendo por várias vezes, ocupados, tem reintegração de posse, e para construir sem qualidade de vida. Então eu queria saber: o quê que está faltando? Pedir uma solicitação de voto para uma troca de terreno de um local para outro, sendo da prefeitura o terreno, e que está com muitos problemas na região, que está sendo várias vezes ocupado e pede reintegração de posse. Então gostariamos de saber um meio de resolver esses problemas lá na região no Jaraguá. Sr. Aloísio - Ok. Mônica tem uma área em específico além do Bauru Lajeado? Porque o Bauru Lajeado, o representante da COHAB vai dar uma breve explicação sobre a titularidade. Sra. Mônica - O que eu estou me referindo lá é a troca do terreno, que foi conversado o que poderia ser feito. Da Carlos Pallavicino, como não tem verba, não a possibilidade de comprar, pela troca da Paulo Aurentino. Sr. Aloísio - Ok. São vários terrenos. Sra. Mônica - Lá no caso não é compra, é da prefeitura. Sr. Aloísio - Só um minutinho, representante da COHAB falará sobre a questão apontada. Sra. Juliana - A maioria desses imóveis desapropriados pelo FUNDURB ou pelo FMSAI, não foi todo de FUNDURB, tem várias fontes. A maioria foi para os chamamentos FAR e FDS. Referente ao Bauru Lajeado, ele foi reintegrado, ele é chamamento FAR, tem a construtora e vai começar a obra agora dia 23. Então por isso que era necessária a reintegração, entendeu? Porque já vai começar 958 unidades, vão começar as obras agora, que o Ministério das Cidades selecionou. Então a condição era reintegrar, isso já estava sendo tratado, já faz muito tempo, porque já tinha projeto aprovado e tudo, estava tudo fechado na Caixa para assinar com o contrato, que agora a previsão é dia 23/11 assinar o contrato da obra Minha Casa Minha Vida Far. E referente ao outro que você falou que é o Carlos Pallavicino, que tem vários terrenos, esse está em chamamento FDS também, a desapropriação está sendo feito por SEHAB. Então tem vários que a desapropriação ainda não concluiu desses do FDS. Os do FAR também têm alguns do programa Minha Casa Minha Vida Far que falta complementação de pagamento. Então tanto FAR como FDS estão nesses, se ocupam, nós temos realmente alguns que estão ocupados e eles estão no chamamento, mas estamos tomando conta, tentado fazer as entidades tomarem conta, ajudarem a tomar conta dos terrenos para não serem invadidos, inclusive. Sr. Sra. Marisete - Por que esse recurso não foi usado durante este ano para concluir essas desapropriações? Como já estamos com projetos aprovados aqui dentro e o terreno continua sem desapropriação. Sra. Juliana - Dá um exemplo de um empreendimento? Qual que está? Sra. Marisete - Em São Mateus, Boa Esperança, a quadra 60 e a 37, esses dois já tem projetos aprovados. Sra. Juliana - É então, esses daí realmente estamos aguardando recurso, porque esses não podemos usar o recurso FUNDURB, porque ele está fora das três macro áreas que o Plano Diretor permite usar recurso do FUNDURB. Então esse teria que ser de outra fonte SEHAB, está tentando verificar da onde que poderá, entendeu? Ou tem que ser tesouro municipal, tem que ser outra fonte, não pode ser FUNDURB. Então nem todos podemos usar recurso, os do FUNDURB o que está dentro dessas três macros áreas que o Plano Diretor autoriza utilizar, nós estamos desapropriando tudo e pagando, o problema são aqueles que estão fora das macro áreas e isso temos falado em todas as reuniões, minha equipe lá da técnica tem falado, a ordem e inclusiva falar, não tem recursos do FUNDURB, porque está fora da macro área, isso é uma lei. Sra. Marisete - É como vai se encaminhar isso? Sra. Juliana - Então estamos tentando conseguir recursos, esse que é o problema, esse específico, as quadras do Parque Boa Esperança, tem outros também que estão fora da macro área. Sr. Aloísio - Senhores, o que podemos fazer? Recursos do FMH podem ser destinados para este fim e o Conselho tem deliberação sobre o FMH, na próxima reunião Executiva do Conselho pode deliberar sobre esse assunto. Peço que a minha pauta para a Secretaria Executiva, é ainda este mês a reunião do Conselho Executivo, da Comissão Executiva do CMH e ele pode ser incluído nessa pauta. Não vamos nos estender muito devido o horário. Pois não Marisa, no microfone por gentileza. Sra. Marisa - Só para questão de encaminhamento, acho que poderia fazer assim, Aloísio. Todos nós que estamos aqui, a maioria dos movimentos de moradia, estamos com vários problemas de terrenos, um é questão que falta desapropriação, outro é porque a área, na questão do edital, tem problemas no terreno, então não sabemos qual que vai ser a solução disso. Nós vamos então fazer esse esforço novamente, vamos preparar nossa solicitação de voto, mandar para Executiva, todos os terrenos dos movimentos, são vários movimentos que estão aqui, vamos nos preparar para isso. Aí seria legal se vocês dessem resposta para gente, lincasse, falasse esse terreno aqui pode ser do Fundo, esse terreno aqui pode ser do FUNDURB, para já esclarecermos. Sr. Aloísio - Verificar quais são as fontes que atendem aquela demanda. Sra. Marisa - É, para buscarmos depois, até cobrar de quem de fato, conseguimos ir diretamente, porque estamos com vários problemas, já tem terrenos nossos que vai vencer a questão da carta, vocês já responderam que depois isso pode se resolver, mas sobre a questão de terras nós estamos com vários problemas, vários movimentos aqui estão presentes. Sr. Aloisio - Este encaminhamento se dará, bem é aquilo que nós comentamos, existem então uma pauta a ser formada, se faz prudente verificar qual fonte de recursos pode viabilizar a pretendida guarda do imóvel ou investimento na área e podemos discutir isso em sede da Comissão Executiva do CMH, vamos organizar essa pauta e apresentar na Executiva do CMH. Senhores é o seguinte, a Ana me alertou sobre que a nossa próxima reunião da Comissão Executiva, só será em fevereiro, porque a de novembro a pauta nos já fechamos, mês de janeiro não haverá nenhuma reunião nesse sentido. Contudo, COHAB no espirito voluntário de solidário com a questão, organizará o relatório e sobre as fontes que podem viabilizar cada uma das demandas, está ok? O Sr. André - Só queria fazer um reparo, aproveitando a fala do companheiro Sandro, sobre a atuação da COHAB e também da Secretaria Municipal de Habitação em relação à reintegração de posse que houve no Lajeado, após várias negociações com os órgãos públicos, foi feito um levantamento de substituição ao defeituoso levantamento habitacional de maio de 2018. Contudo, mesmo após o pedido através da Lei 14.141 de 2006, o acesso à transparência, não houve o acesso a essa listagem de moradores do Lajeado. Por que isso foi muito prejudicial às famílias? Nós tinhamos negociações com a Secretaria Estadual de Habitação e também a CDHU, inclusive isso com o pedido desde 31 de julho, com reunião também feita em 09 de agosto, inclusive com a pessoa que está aqui, a doutora Ana, que representou a CDHU. Infelizmente após compromisso por partes das visitas da COHAB, de ceder essa listagem, isso não foi feito, foi um prejuízo muito grande para as famílias que estavam lá. Então diante disso, eu venho aqui solicitar, seja colocada em pauta, vou fazer de forma formalizada a mudança da comissão de mediação com representantes dos movimentos populares e da sociedade civil, Por quê? Para que nós tenhamos nas reintegrações de posse, verdadeiramente o respeito, a dignidade da pessoa humana, o que tem faltado, tem sido um marco desastroso na cidade. O segundo ponto, sobre a questão da companheira Marisa, eu solicito e faço também, ratifico a palavra da companheira, que seja cedido através do e-mail, todos os dados aqui que foram prestados e posteriormente seja marcada uma nova reunião. Por quê? Da seguinte questão, saber quais os imóveis que foram adquiridos, a localização, o recurso do FUNDURP, então a necessidade que seja feito isso, e a disponibilização para todos os conselheiros das informações referentes a esses imóveis via e-mail também. Por quê? Porque aqui foi muito boa à apresentação, mas poderia ter sido melhor, de maneira mais detalhada. Então faço aqui o pedido, que seja feita outra apresentação, apos as informações que forem cedidas aos conselheiros, ok? Muito obrigado. Sr. Sandro - Só uma pergunta, aproveitando a Juliana, a representante da COHAB. Com relação à outra pauta da última reunião, a COOPAMARE, que vocês conversaram e foi marcada uma reunião, a reunião foi marcada para o dia 01, ela foi adiada para o dia 14. E assim, o recurso está parado no jurídico da COHAB, então é uma dúvida que gostariamos de saber como liberar esse recurso. Sr. Lucas - Eu queria aproveitar a presença da Talita da SP Urbanismo, para perguntar como estava em pauta uma discussão de uma possível revisão da lei de uso e ocupação do solo e sabemos que isso ia alterar um pouco a capacidade do FUNDURB de receber recursos pela outorga onerosa, isso flexibilizando um pouco a possibilidade de ocupação nos eixos estruturadores, marcados pelo Plano Diretor e pelos bairros nas áreas internas dos bairros. Eu queria saber como que você podia nos passar, eu não sei se isso foi discutido com a gestão anterior do CMH, mas você podia passar para a gente, em que pé que está, se essa discussão ainda está em andamento ou não. Sra. Talita - Bom, é uma readequação da lei de zoneamento que estava sendo feita na Secretaria, se eu não me engano, eu não tenho as informações concretas, mas foi encerrado o processo de participação da consulta pública da revisão, e agora eu acho que está em fase de sistematização dessas contribuições, e provavelmente vai ser feita uma liberação do texto consolidado e posterior mais uma discussão, aí falta uma definição ainda, mas está nessa fase de sistematização das propostas. Sr. Aloísio – Senhores; haverá uma inversão do item de pauta, o item 2 que é a apresentação do núcleo de mediação de conflitos, nós vamos deixar para depois da reapresentação dos votos 2, 3 e 6 de 2018 da 7ª. Peço por gentileza então que a diretora Denise do nosso departamento de planejamento da SEHAB faça a sua devida apresentação. Sra. Denise - Vamos abordar dois itens da pauta, o 3 e o 4 de forma conjunta, porque eles têm a ver, inclusive com os votos que foram colocados. Então há uma solicitação para apresentarmos o programa de metas da Habitação. Habitação sempre considera as ações executadas pela SEHAB, com execução direta da SEHAB, com a execução também pela COHAB, com recursos do Fundo municipal de habitação. Esse programa de metas, ele vai abortar num primeiro momento, como ele aparece no site Observa Sampa e como que nós estamos hoje em relação às metas estabelecidas por essa administração. O programa de metas é uma exigência legal, a ser proposta no inicio de cada administração, daquilo que ela planeja e pretende almejar com os investimentos dos recursos disponíveis, desde que eles tenham confirmado ao longo desses períodos todos. Então nós trabalhamos no item Habitação com três metas específicas, uma meta chamada Meta 29, que é a produção de 25 mil unidades habitacionais entregues, via aquisição ou via locação social. Essa meta se apresenta descrita no site da prefeitura, desculpa, não é Observação, é Planeja Sampa, lá nesse site os senhores podem consultar, depois também com mais detalhes, como é que ela é constituída, quais os projetos que contemplam tipos de ações que são contempladas, são 25 mil unidades, ela tem aqui uma projeção, se nós contarmos com recursos de outros entes, conforme o planejado, recursos federais, recursos estaduais, ela tem uma projeção de 2017, 2018, 2019 e 2020, quatro mil e oitocentas unidades entre 17 e 18 e vinte mil e duzentas, entre 19 e 20. Aí os senhores podem falar, mas tão pouco nos 2 primeiros anos e tanto nos outros 2, é porque a produção desse período já iniciou nos anos anteriores. Então, assim como a produção dos quatro mil e oitocentos também já iniciou nos anos anteriores, porque como a medida é entrega, a entrega é de ações já iniciadas anteriormente. Se não contarmos com recursos de outros entes, as quatro mil e oitocentas unidades do primeiro período 17-18 permanecem; e aqui a uma redução substancial em 19-20 para seis mil e seiscentas unidades. Então é que se considera principalmente com recursos federais envolvidos no programa aqui hoje, é o programa que leva a maior produção, que é o Minha Casa Minha Vida. Aqui o que eu falei dos projetos, os projetos dentro da Meta 29, existem dois projetos, 42 que é o Casa da Família e 43 que é a reforma de unidades para a locação social. Então são os dois projetos que juntos resultam essa meta. Eu já apresento os números, eu vou primeiro apresentar como que são as metas e depois nós entramos nos números. A meta 30, duzentas e dez mil famílias beneficiadas por procedimentos de regularização fundiária, aqui nós temos a Coordenadora Silvia Mesquita, que coordena esses trabalhos. O que são procedimentos de regularização fundiária? São procedimentos técnicos que ao longo do período de trabalho vão viabilizar no futuro a titulação efetiva e o registro efetivo. Então são procedimentos que essa família contabilizada uma vez nesse procedimento, que ele demora um tempo para ser efetivado, ela nunca mais vai ser contada de novo, então eles está já sendo beneficiada com o processo de regularização fundiária. Aqui em 2017, 2018 91 mil famílias, que era a projeção de benefício; 19-20, duzentas e dez mil famílias. E aqui o número do projeto é projeto 44, esses números são importantes, porque ate para que nós consigamos solicitar recursos junto à Secretaria da Fazenda hoje, todos os nossos números são organizados em relação a projetos e linhas de ação, então é um controle que se faz também das nossas execuções. Meta 31, vinte e sete mil e quinhentas familias beneficiadas por urbanização em assentamentos precários, são as obras de infraestrutura implantada naqueles assentamentos, cujas familias permanecem no local, recebem as obras de infraestrutura e viabilizando com isso a regularização urbanistica e fundiária no futuro. Essa meta também, ela tem a descrição da meta, como ela é formada, ela tem dois programas, um que é o 45, Urbanização de Assentamentos e a 46 das Cidades Resilientes que ainda não estamos trabalhando. 2017 e 2018, duas mil e quinhentas familias; 19-20, vinte e sete mil e quinhentas familias. Contando com recursos de outros entes e sem recursos de outros entes, a uma queda considerável também. Aqui nas urbanizações, consideramos os recursos federais, que tiveram uma redução considerável e também recursos do governo do estado, principalmente do CDHU e Sabesp, na verdade CDHU é para produção, aqui em infraestrutura é Sabesp. Aqui é um balanço dessas metas, como elas estão hoje, então na provisão, provisão na verdade é a produção de unidade habitacionais, que é a meta 29, que eram aquelas 25 mil entregues até novembro de 2018, três mil e novecentas unidades. Os senhores lembram que a métrica nesse periodo era quatro mil e oitocentos, se eu não me engano, está próximo. Na regularização fundiária beneficiar 210 mil, aqui é até outubro, 48 mil, na métrica prevista no programa era um o valor maior, nesse período. O que ocorreu? Por que dessa queda? Houve a mudança na legislação federal de regularização fundiária e essa mudança nesse marco regulatório federal, ele impõe para o município uma adequação das suas regras legais também. Então o programa sofreu um impacto dessa legislação federal, impacto no andamento, mas ela é benéfica para o procedimento de regularização fundiária, ela traz mais possibilidades de efetivar essa regularização. Então o andamento dessa meta caiu, mas ela tende a se recuperar rapidamente, haja um projeto de lei sendo elaborado para regulamentar as posturas municipais em relação às posturas federais, e tende a conseguir atingir as metas, recuperar esse decréscimo que deu até o final da administração. Aqui na urbanização de favelas, na verdade de assentamentos precários, a meta 31, aqui nós nos deparamos com uma necessidade de reavaliação da forma como essa métrica estava sendo proposta como medição, a proposta que foi colocada para medir essa métrica foi, a familia beneficiada com obras em assentamentos precários, obras de infraestrutura, é aquela familia que, é quando termino toda obra de urbanização do assentamento precário, e essas obras de urbanização, elas demoram vários anos para finalizar, não quer dizer que durante o período de implantação das infraestruturas parte dessas familias que lá residem, já estejam sendo beneficiadas. Então nós estamos propondo uma adequação desse indicador, porque esse indicador, o que acontece, aparece o investimento que está sendo feito no ano e medido zero, nenhum resultado, não é verdade, isso não é a realidade, as familias estão sim sendo beneficiadas. E a meta é familias beneficiadas com obras de infraestrutura, então não precisa ter o assentamento inteiro com a obra total feita, eu já tenho como parcializar esse atendimento. Então isso está sendo revisto e depois que houver aprovação dessa revisão, esse valor será trazido novamente. Aqui para ter uma ideia da meta 29, da onde saem essas três mil e novecentas unidades já entregues, é um trabalho que ele é atualizado mensalmente, aqui ele está regionalizado, mas existe a planilha explodida, onde todos os empreendimentos por região estão sendo contabilizados, e nós acompanharnhos todos os estágios. Então eu tenho três mil e novecentas entregues, 18 mil em execução, outras que eu tenho algum problema de obras paralisadas, aí cada uma tem a sua questão. Tenho outras aqui já contratadas para iniciar e assim sucessivamente. Esse quadro, ele indica quase 70 mil unidades ou em projetos ou em estudos ou sendo licitados ou contratados ou em execução ou já executados de 17 para cá. Isso é o monitoramento que nós fazemos e como os senhores propõem no voto criar um grupo para acompanhar, esse grupo vai ter o detalhamento para fazer esse monitoramento junto com a gente. Terminando esse capítulo do programa de metas, eu proponho nós já entrarmos na questão do orçamento de 2019, e depois abrirmos para perguntas. Então, a proposta orçamentária, é importante que consigamos entender como é que a prefeitura trabalha em todos os anos para culminar com o orçamento que é enviado à Câmara. Ontem teve uma audiência pública na câmara com o tema Habitação, onde foi apresentada a proposta para o ano que vem. Então, como que isso é feito. Todos os anos a Secretaria da Fazenda, isso é regrado pela legislação federal, ela apresenta um programa de atividades para todas as secretarias da prefeitura. Esse cronograma inicia em meados de junho do ano anterior, onde todas as Secretarias enviam para Fazenda as suas estimativas de receitas. Não receita de recurso do Tesouro, porque do recurso do Tesouro, que falamos a fonte zero, zero, quem sabe das receitas é a Secretaria da Fazenda, que são receitas oriundas de impostos e outras arrecadações. As Secretarias encaminham para Fazenda as suas estimativas de receitas de convênios que as Secretarias tenham se recursos federais às vezes, recursos, outras linhas de fontes, fundos municipais que cada Secretaria é responsável. Então elas encaminham, as Secretarias encaminham para fazenda as suas expectativas de receita, fora Tesouro. E a Secretaria da Fazenda recebe todas as receitas da prefeitura inteira, consolida, verifica também suas estimativas de receita municipal para o próximo exercício e devolve para as secretarias em meados de julho, agosto, final de julho por aí, inicio de agosto, devolve parâmetros para todas as secretarias, parâmetros esses que vão

autenticidade certificada oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sábado, 15 de dezembro de 2018 às 04:26:45.

nortear os estudos das secretarias das suas propostas, quais projetos poderiam entrar no próximo exercício. É feito um trabalho nas secretarias na elaboração de vários cenários, porque a demanda sempre é muito maior do que a possibilidade de recursos para investimento. Então nós fazemos vários cenários, onde o cenário sempre parte do princípio de que eu preciso terminar as obras que já foram iniciadas, ou os projetos que já foram iniciados, para iniciar novos. Parte desse cenário e das demandas também que são recebidas e culmina com o recebimento desses parâmetros pela Fazenda. Nós temos que fazer vários ajustes, na verdade é um trabalho que vai e volta, porque ele é um trabalho de conseguir encaixar pé grande no sapato pequeno às vezes. E as secretarias precisam encaminhar para a Fazenda, isso é uma data onde o sistema orçamentário abre, nós inserimos essa proposta orçamentária depois do aval da Fazenda no sistema, e a Secretaria da Fazenda trabalha nesse orçamento juntando todas as secretarias. E ela tem o prazo limite também de encaminhar esse orçamento para a Câmara dos Vereadores até o final de setembro, são prazos legais. A Câmara recebendo esse orçamento cria sua comissão de orçamento, faz os estudos internos, abre audiências públicas, que é o que está acontecendo agora. Nessas audiências, é a possibilidade de se proporem emendas ou não só na data da audiência, e nesse período a período de busca dos parlamentares para ver a viabilidade e propor emendas, e a votação se dá no mês de dezembro. Às vezes até, já chegou a ser no último dia de dezembro. Em janeiro de 2019 todos nós sabemos o que foi votado, retornamos aos nossos cenários, refazemos as nossas distribuições e seguimos com o início da execução. Então todo ano o orçamento começa em junho para o ano seguinte. A Habitação, ela recebe além do Tesouro Municipal, ela trabalha com o Fundo Municipal de Habitação, de execução COHAB, que esse é o Conselho que delibera sobre os planos desse Fundo; o FUNDURB, que é o que a Talita apresentou aqui; o FMSAI, que é um Fundo que recebe recursos de um contrato que a Prefeitura junto com o Estado tem com a Sabesp. Esse contrato, ele diz que, ele tem uma obrigação da Sabesp de repassar para esse Fundo anualmente 7,5% do valor que ele arrecada no município de São Paulo com a prestação de serviços de agua e esgoto. Existe uma lei que regra também, assim como a Talita colocou as regras do FUNDURB, existe uma lei que regra a utilização dos recursos do Fundo de Saneamento. O Fundo de Saneamento faz investimentos não só na Habitação, como também na Secretaria do Verde, na Secretaria de Infra Estrutura Urbana, na Secretaria de Prefeituras Regionais, Subprefeituras agora. Então são as secretarias que utilizam recursos para isso. São recursos utilizados para urbanização de assentamentos precários, para execução de serviços de drenagem, execução de serviços de implantação de parques e áreas verdes. Aí nós temos os recursos das operações urbanas, são recursos que são oriundos de legislações específicas na cidade, que gravam perímetros específicos na cidade, onde tem uma legislação diferenciada, que investe para potencializar a utilização daquelas áreas. Então nós temos operações urbanas: Água Espraiada Faria Lima, Água Branca, Operação Urbana Centro e outras que estão sendo estudadas. Recursos do Governo Estadual são recursos que mediante convênio eles também vêm para aportar nos nossos investimentos. Recursos estaduais são geralmente convênios feitos com CDHU e com a Sabesp. Recursos do Governo Federal mediante convênios também feitos em especial com o PAC. Importante lembrar, o recurso de execução do Programa Minha Casa Minha Vida não passa pelo orçamento da prefeitura, é um recurso que a Caixa, quer dizer, a Prefeitura e as entidades solicitam ao Governo Federal, tem a sua viabilização do compromisso. E a Caixa é que contrata a empresa para construir, e o recurso é diretamente da Caixa para a empresa. Então é um recurso que não passa pela prefeitura. Ao contrário, nesse caso do Minha Casa Minha Vida, as despesas que a prefeitura considera no seu orçamento são para desapropriação das áreas e aporte complementar ao valor da produção da unidade habitacional pela Minha Casa Minha Vida, que era a antiga Casa Paulistana, que agora é Casa da Família, esse recurso é do município. O recurso da produção da Minha Casa Minha Vida não passa pelo município. Uma origem nova, que com a negociação da dívida da prefeitura com a União houve possibilidade de novamente depois de muitos anos o município se endividar. Então houve a oportunidade da solicitação para Secretaria da Fazenda de estudos de financiamento de empréstimo, na verdade, para a finalidade habitacional. A Secretaria da Fazenda fez o estudo, aprovou, teve uma lei na Câmara que aprovou esse empréstimo, que é uma operação de crédito, no valor de 200 milhões de reais para aplicação justamente no aporte do programa Minha Casa Minha Vida, porque era um programa que estava deslanchando, o recurso que a prefeitura teria que aportar concorria com o recurso necessário para obras de infraestrutura nas urbanizações. Então nós precisávamos de dinheiro novo, que não concorresse com os recursos da urbanização, porque eu não tinha para os dois. Então foi aprovado, daí os senhores vão ver que no orçamento do ano que vem existem 100 milhões de reais já disponíveis, esse empréstimo, quem foi o banco que passou pela concorrência que a Fazenda fez, foi o Banco Santander, é um empréstimo de 200 milhões, onde 100 milhões estão sendo viabilizados e 100 milhões estão já disponíveis para o ano que vem. Então, conhecendo essa vasta possibilidade, que é o que nós falamos de fontes de recurso, agora passamos a entender o orçamento da Habitação, porque quem vai no orçamento da Habitação pegar só a Secretaria não enxerga nada disso aqui, você tem que buscar em vários pedaços do orçamento para chegar aqui. Então vamos abordar primeiro, a execução SEHAB e depois a execução COHAB, que é o FMH. Então na execução SEHAB, temos uma primeira parte do orçamento que é denominamos como atividade, que são recursos de custeio e serviços, então nós temos aqui para administração de toda Secretaria são 50 milhões de reais para o ano que vem sistemas de informações 5 milhões e meio. Então a Secretaria de Habitação, a sua estrutura custa 56 milhões de reais. O serviço de moradia transitória, que é o auxílio aluguel para o ano que vem tem uma previsão de 121 milhões de reais. Então nessa parte de atividades, são 177 milhões de reais. Como é que vemos a distribuição dos investimentos. Nós temos aqui primeiro, dividido por programas, então as dotações orçamentárias elas ainda não estão exatamente com a mesma denominação do programa de metas e das novas definições de projetos, por exemplo, ela ainda traz valores separados para urbanização de favelas e para mananciais, mas nós quando trabalhamos na descrição das metas e agrupamentos e produção, para nós o programa é urbanização de assentamento precários, então ele pega essas duas linhas aqui. Daí nós temos a linha de regularização fundiária, a linha de construção de unidades habitacionais pela Prefeitura e a construção de unidades via aporte para o Minha Casa Minha Vida. Segregamos esse aporte, porque ele alavanca uma construção. Então aqui, conforme o outro slide, nós temos Fundo Municipal de Saneamento; na SEHAB nós temos 237 milhões para o ano que vem previsto, esse recurso distribuído nas urbanizações, na regularização fundiária e em construção de unidade habitacional, porque dentro de nossas urbanizações de assentamentos precários nós também construímos unidades habitacionais. O FUNDURB, ele basicamente está aqui, são 183 milhões reais previstos para o ano que vem destes 183, 107 milhões estão destinados para aquisição de imóveis para HIS, que é aqueles 30% da estimativa da arrecadação que a Talita falou. A diferença nós podemos aplicar em urbanização de assentamentos precários e outras ações que não sejam restritas só a desapropriação. Operações urbanas, todas elas nós temos 247 milhões de reais, 84 para urbanização, 12 para regularização e 150 para construção de unidades. Do Governo federal nós temos 63 milhões de reais. Urbanização de favelas ainda são pequenos saldos de execuções do PAC 2, porque nós não tivemos nenhum PAC 2 novo, nesses últimos anos. Então o saldo de execução. Nos mananciais é importante aqui abrir um parênteses, nós tivemos 1 bilhão e meio de recursos federais do PAC 2, que foram perdidos. Esses 29 milhões aqui é um saldo de PAC 1, que se propôs remanejar ainda para executar algumas obras nos mananciais. Então hoje todas as obras que em mananciais, elas são executadas com esses recursos aqui, na verdade do Fundo de Saneamento, por isso que o Fundo de Saneamento tem uma carga mais pesada em mananciais, e um pouco ainda de PAC 1. Regularização aqui do Governo Federal, na verdade, quando deixamos um valor pequeno, é para manter a rubrica no orçamento, para não perdermos essa rubrica no orçamento, mas não temos recurso disponível para ele. Construção de unidade habitacionais, também no PAC, aqui nós temos a previsão também de saldo de PAC 1. Governo Estadual, Sabesp e CDHU, aqui temos nos mananciais, ainda recursos, principalmente na retomada da Chácara do Conde, que é lá na área de mananciais, que após um longo período de aprovações de projeto, por conta de estar na área de mananciais, foi viabilizado. E construção de unidade aqui, também nos programas, principalmente em Heliópolis ainda temos algumas áreas e outras áreas. Então são 75 milhões de Governo Estatual. Do Tesouro e financiamento, do tesouro nós temos alguns recursos para urbanização, para mananciais 15 milhões, regularização 13, construção 420. E aqui é aquele 100 milhões, que eu falei do financiamento, que está previsto para o ano que vem, onde esses 100 milhões, ele é exclusivo para aporte do programa Minha Casa Minha Vida, ele só pode ser utilizado a princípio para essa finalidade. Nesses totais, nós estamos falando em recursos para investimentos para 2019, não entrando ainda no FMH, o FMH não está aqui. De execução SEHAB de 941 milhões de reais. Então esse é o nosso orçamento para o próximo exercício, que na verdade foi enviado para Câmara e que vai ser votado, em janeiro vamos ver se isso aqui permanece nessa forma. Agora alguns exemplos de intervenções, essas intervenções, eu não estou exaurindo todas, porque eu espero que no grupo que seja formado, aí gente tem o detalhamento maior e uma forma melhor de trazer para vocês, mas aqui são alguns exemplos de obras que estão em andamento em 18 e prosseguem em 19, mas não são só essas, os Heliópolis, Bamburral, Ponte dos Remédios, isso com produção de unidade, dentro das urbanizações, Viela da Paz, Lidiane, aqui tem alguns exemplos. Depois em assentamentos precários também, urbanizações, Sítio Itaberaba, Viela da Paz, por que aparece a Viela da Paz novamente? Porque a Viela da Paz produz unidades e também urbaniza partes do seu território. Parque das Flores, Lidiane, Jardim Capela, essas áreas aqui já são em áreas de mananciais, Cantinho do Céu, Mata Virgem, Alto da Alegria, Bouvard da Paz, Cidade Julia e outros. Nós temos também serviços técnicos de projetos, a finalização de projetos nesses perímetros já é integrada, também tem aplicação de recursos nesses perímetros. E também temos a aplicação de serviços técnicos especializados em prestações de serviços de gerenciamento de projetos e obras de trabalho social, de cadastramento, serviços técnicos de regularização fundiária. E aqui, também esse grupo, daí detalhamos essas aplicações, mas eu trouxe isso para entender como a SEHAB trabalha, em que momentos esse apoio técnico especializado entra e como que ele funciona ai no meio. Então, desde o início que são as pesquisas de terras para processos de desapropriação, no caso de produção, a SEHAB está trabalhando desde dessa etapa, elaboração de projetos, licitação das obras, adequação de projetos durante a execução das obras e a fase de regularização dos empreendimentos, isso vale tanto para a produção quanto para urbanização também. Então a SEHAB está o tempo todo fazendo esse trabalho. Nós temos aqui serviços de gerenciamento de programas, projetos e obras, que eles nos dão também suporte técnico em toda essa etapa, ajuda na prospecção dos terrenos, analise das questões ambientais, apoio na licitação de obras também, fazendo todo material técnico, análise dos projetos, apoio na fiscalização das obras. O trabalho social, ele também está presente em toda essa parte, desde o diagnóstico das lideranças, pesquisas, durante a execução do projeto, aprovação de projeto, durante a execução da obra e depois capacitando as famílias e fazendo pós-ocupação. O cadastramento das famílias, com as selagens e efetivação dos cadastros também está presente. Os projetos também são empresas contratadas para elaborar projetos; as obras são licitadas, então são empresas contratadas para licitação de obras. E a regularização fundiária também temos apoio técnico para trabalhar nessa elaboração. Então esses serviços técnicos estão presentes também durante a execução desses projetos e obras. No caso do FMH, esse serviço técnico é elaborado pela COHAB, o corpo técnico da COHAB é que dá todo o suporte a esse trabalho. E a COHAB também, não só no FMH, a COHAB dá um apoio técnico importante também na questão da Minha Casa Minha Vida, porque ela faz toda a análise de viabilidade de aquisição do terreno, processos expropriatórios é o corpo técnico da COHAB que encaminha, algumas áreas são SEHAB, mas a grande maioria é COHAB; e análise de projeto, encaminhamento e chamamento também. Vamos agora para a execução do FMH. O FMH, aqui nós colocamos atividade e projeto num mesmo quadro. Quais são os programas e ações previstos. O FMH, ele está com o orçamento estimado para o ano que vem de 44 milhões e meio de reais, ele tem aqui uma parte que é administração da carteira, são tarifas, a remuneração da COHAB conforme o regramento do FMH e pagamentos de impostos, ele tem um valor do Tesouro Municipal, e depois toda essa parte de recursos próprios. Quer dizer, quando se fala em recurso próprio, é recurso de retorno de caixa do próprio FMH. Então, o Tesouro aqui está entrando com uma parcela, mas ele está todo sendo viabilizado com recursos próprios. Serviços de manutenção de UH, que são serviços, na verdade a denominação aqui não é muito feliz, mas é denominação da dotação, por isso pusemos em parênteses, serviços de segurança patrimonial dos imóveis, a previsão 4 milhões de reais para o ano que vem. Subsídios financeiros e serviços judiciais, todas as custas judiciais para os processos de desapropriação, estão aí também, quatro milhões e oitocentos e outras taxas. Ampliação, reforma, requalificação de unidades, esse aqui é uma dotação nova, que foi proposta para esse ano, são 6 milhões e meio. Construção de unidades, na verdade, esse valor é um valor residual, na medida em que hoje a produção habitacional ela está pautada basicamente no programa Minha Casa Minha Vida. E a regularização fundiária nove milhões e novecentos. Então esse é o orçamento proposto para o ano que vem, e da mesma forma, em janeiro isso vai ser avaliado, vai ser confirmado ou não e a partir de janeiro, aí sim se apresenta o plano detalhado da aplicação e submetesse à deliberação do Conselho. Esses aqui são ações propostas para o ano que vem a princípio nesses recursos de readequação, requalificação e regularização de empreendimentos, no caso aqui São Domingos Camarazal, esse é um empreendimento feito pela prefeitura, execução SEHAB, naquele programa do Singapura, programa Prover Singapura, ele já foi transferido à COHAB, porque ele foi requalificado. A COHAB trabalha na finalização da regularização do empreendimento, contrata a VCB. E a importância desse investimento nesse empreendimento, é que ele vai viabilizar rapidamente a comercialização e essa comercialização entra como receita para o FMH. Então está começando a entra dinheiro de comercialização do FMH e fazendo a roda girar de novo, que há muito tempo não viamos. Então é o investimento prefeitura, que regularizado, vai para a COHAB, para COHAB comercializar, porque a prefeitura não comercializa a prefeitura só dá termos de permissão de uso, que é precário, mas o contrato de financiamento mesmo é COHAB. E esse recurso retorna para o FMH. A mesma coisa o Jardim Imperador, também é Singapura, da mesma forma, finalização de regularização, comercializa e começa a entrar o dinheiro no FMH. Munck, o Munck é mais antigo ainda, o Munck é da época do FUNAPS, esse demorou um pouco para regularizar, também ele está em final de regularização, comercializa recurso para o FMH. Imigrantes é um Singapura também, também vai ser comercializado. Vila Mara também antigo Vila Mara, FUNAPS também está em vias já de final de regularização e inicio de comercialização. Aqui nós temos lá na Cachoeirinha, Nossa Senhora da Penha, um recurso necessário para continuidade do monitoramento de gases. Aí nós já entramos no outro item de recurso que é de manutenção do parque de locação social que nós temos, então Residencial Parque do Gato, o Asdrúbal que é o que não entregou agora, é o anterior, mas que também precisa de manutenção, alguns investimentos, então também tem recurso para isso. Vila dos Idosos que constantemente recebe manutenção. O Palacete dos Artistas também empreendimento de locação com recursos destinados à manutenção. Olarias da mesma forma. Senador Feijó também. E encerramos nesse momento a abordagem geral de investimento e de execução SEHAB, de execução de FMH e agora já abordamos, como o Secretário indicou, já abordamos outro voto também, que é o voto solicitando o cancelamento da solicitação que foi feita no plano de aplicação do FUNDURB, apresentado pela SEHAB na reunião do Conselho, na reunião que passou. Na reunião que passou, foi esclarecido que pelo tempo em que o orçamento foi feito e o Conselho sendo formado, o novo Conselho sendo formado, o Conselho anterior não existindo ainda e tinha um prazo legal do FUNDURB aprovar o plano de aplicação. Então foi proposto e justamente na reunião que foi apresentado o plano de investimento de 2019, estava presente o novo conselheiro do CMH que não participou do detalhamento dos estudos anteriores. Então acho que isso foi abordado na reunião anterior. E a que nós estamos trazendo, nesse meio tempo também, quando a Fazenda nos enviou o resultado do seu estudo para mandar para a Câmara, nós fomos assim, congratulados com um acréscimo para a SEHAB de mais de 50 milhões de reais, além do que tinha sido aprovado naquele dia do orçamento da proposta de 2019. Só que nós tivemos também mais uma fez que fazer a viabilização disso rapidamente, foi uma oportunidade que foi criada e nós conseguimos colocar mais alguma coisa lá, que vamos trazer aqui para o senhores. Essa proposta vai ser submetida ao Conselho do FUNDUB amanhã, então estamos assim, com todas as datas meio uma em cima da outra, que vai ser a 13ª reunião, que vai ser apresentada amanhã dia 9. Então nós vamos apresentar aos senhores a proposta que vai ser apresentada pela SEHAB amanhã, o Conselho Municipal de Habitação, tem o seu voto através do Conselheiro Alexandre. Então o Alexandre leva amanhã a manifestação do Conselho, porque ele vai dar o seu voto lá amanhã, favorável ou não, a essa proposta. Então nós vamos passar a proposta, essa proposta já está com 50 milhões a mais. Essa proposta, o FUNDURB, é importante separarmos aqui, ele tem então o valor que é fixo, não que é fixo, é definido por lei, de 30% da sua arrecadação para aquisição de imóveis. Então nós tinhamos o proposto 86 milhões, não, 107 milhões para aquisição de imóveis, era 88, 86. Então da antes de recebermos esse recurso adicional, nós tinhamos 86 milhões destinados para aquisição de áreas, hoje nós tivemos a disponibilização de 107 milhões, então houve um acréscimo aqui. Na condição inicial que era 136 milhões, nós tinhamos 44 milhões para obras, onde estavam concentrados Heliópolis, Sabesp 2, Gleba G, Estrada das Lágrimas. Acompanhamento de obras que são serviços, que são aqueles serviços técnicos, mais o serviço social 6 milhões e 86. Então essa foi a proposta que o Conselheiro Alexandre conheceu no dia da sua primeira reunião. A revisão dessa proposta com esse recurso adicional, ele manteve a destinação para obras de Heliópolis 2, Gleba G e Estrada das Lágrimas, possibilitou a destinação de recursos para construção de equipamentos públicos no empreendimento Espanha, que é o Minha Casa Minha Vida lá na região de mananciais. Esses equipamentos, eles estão no corpo do perímetro do empreendimento Minha Casa Minha Vida, e uma questão que na última regra do programa, ele exige também a disponibilização de equipamentos públicos na ação habitacional, nós não tinhamos esse recurso, então foi uma possibilidade. Aqui não mexemos no acompanhamento de obras, e aqui colocamos diversos, porque abre a lista de áreas. Então nós tivemos de 44 para 70 milhões o investimento em obras. 6 milhões permaneceu em investimento de serviços e de 86 foi para 107 o investimento de aquisição de imóveis. Aqui detalhamos exatamente isso que vai ser apresentado amanhã, então Sabesp 2, ele tem aqui 8 milhões, que na verdade ele termina essas unidades que estão sendo construídas. O Sabesp 2 tem também recursos do CDHU, são 50% CDHU e 50% recursos municipais. O Gleba G é uma obra que está começando, ele tem um condomínio já construído, e aí gente consegue construir esse segundo condomínio, é uma obra importante também para a região. Estrada das Lágrimas é uma obra que já estava contratada, houve um problema do contrato, e agora ela está sendo licitada novamente e essa obra tem recursos do PAC, então é uma obra que precisamos rapidamente viabilizar essa licitação, para viabilizar o recurso do PAC também. Então estão sendo destinados 15 milhões para esse condomínio, ele também fica no complexo Heliópolis. No empreendimento Espanha, as unidades já estão sendo destinadas, aqui viabilizaria o início das obras de execução dos equipamentos, são 29 milhões. Aí nós temos também um relatório que foi descrito que a justificativa da necessidade e esse relatório também, vamos deixar com o Alexandre, para ele olhar o relatório. Na questão de aquisição de terrenos, que é os 30% do PDE, nós temos aqui, esses terrenos eles são novos terrenos sendo aportados, eles podem ter sido remanejados de um ano para outro, esses terrenos vão consumir recursos de 2019. Eu vou apresentar, eu não trouxe hoje, mas eu apresento na medida em que o Conselheiro André solicitou, o levantamento das áreas, eu acho que no primeiro semestre deste ano, nós fizemos a apresentação no Conselho do FUNDURB, onde nós levantamos desde 2015, que foi o PDE 2014, desde 2015, quando os primeiros planos começaram a ser propostos para utilização dos recursos, de 2015 até 2018, cada ano, quais terrenos estavam programados e esses aqui não sobrepõem com nenhum outro anterior. Então os processos expropriatórios, eles levam mais que 1 ano, às vezes 2 para serem viabilizados até chegar na emissão da posse. Mesmo que uma área dessa não consiga ser efetivamente concluída, com emissão de posse em 2019, ela pode seguir 2020, mas o recurso vai estar garantido em 2019, o recurso é gravado no ano que a área é vinculada. Então nós temos hoje um saldo grande de recursos ainda não utilizados, mas eles não podem ser mexidos, eles estão lá guardados paras as desapropriações. Sr. Aloisio - Denise, eu sei que está um pouco longa, vamos fazer o seguinte. O item 3 e o item 4 falam sobre a performance orçamentária, fontes de recursos e as metas. Assim que você concluir esses slides, esse conjunto de slide, depois passaremos então para o item 5, Sra. Denise - Está acabando. Aí só vão aparecer onde estão essas áreas, a localização, daquela lista, a localização tem que estar na macro área, o número de unidades habitacionais previstas em cada área dessa que está sendo propostas para desapropriar, área do terreno e o programa em que essa área estaria incluída. Esse podemos passar rápido, porque é aquela lista, Barão de Antonina, Almo, que é a área maior da Petrobras, Cupecê. Volta um pouquinho porque eu acho que não dá para passar tão rápido, volta só um pouquinho, mais um pouco, volta no começo de novo. Abel Marciano, Minha Casa Minha Vida Far. Barão de Antonina é uma urbanização de favela da SEHAB. Almo está no programa da PPP. Cupecê programa Minha Casa Minha Vida Far. José Bonifácio locação social. Fernão Dias está no programa de PPP, Forte do Rio Branco 3 FDS Entidades Minha Casa Minha Vida. Forte do Rio Negro Minha Casa Minha Vida Far. João Gomes FDS Entidade, José Dias Minha Casa Minha Vida Far. Manuel Bueno Minha Casa Minha Vida Far. Giovanni Gronchi Minha Casa Minha Vida Far são várias ali no Paraisópolis. Francisco Carvalho Minha Casa Minha Vida Far, Flávio Maurano também FAR, Minha Casa Minha Vida, Zike Tuma Minha Casa Minha Vida Far e acabou. Sr. Aloisio - Ok, muito obrigado Denise, senhores, o voto 3, o item 3 referente ao voto 2 2018 versa sobre a criação, pleiteia a criação de um grupo de trabalho para acompanhar o orçamento da Habitação junto à Câmara Municipal e implementação do programa de metas, para a área habitacional do município de São Paulo. E o item 4 que trata do voto 3 2018, pleiteia que a SEHAB solicite a revogação do plano de aplicação de recursos do FUNDURB, para a área de habitação do exercício de 2019. Então antes de deliberarmos sobre esses votos, eu abro as inscrições. Sr. Nunes - Na verdade é duas questões assim Denise, uma mais específica e o a outra mais geral. Começando pela a mais geral, eu percebi na apresentação, ainda muita referência do programa Minha Casa Minha Vida, tanto FAR quanto FDS, aí e era um questionamento mesmo para a Secretaria, mais na geral assim, porque acabamos de ver esse novo governo que está entrando A pergunta é assim: Existe alguma discussão dentro da Secretaria a respeito de uma alternativa com o programa Minha Casa Minha Vida, caso ele não ocorra mais? Até porque tem todos os terrenos que foram desapropriados e passados para os Movimentos todos vinculados ao Minha Casa Minha Vida. E aí como que fica se de repente esse guarda chuva que estamos imaginando, ele não existe mais a partir do ano que vem. E a outra pergunta é uma coisa bem específica, eu vi que citou, apareceu o Heliopolis Gleba G, que é um empreendimento que acompanhamos lá pelo escritório modelo da PUC, que atendemos as famílias e tal. Queria saber como que está a perspectiva de retomada das obras lá e de início das obras e qual que é o prazo. Enfim. Sra. Denise - Então, em relação à questão do programa do governo federal, não a nenhuma conversa porque não sabemos o que vai acontecer. E no próprio programa de metas, já colocamos as metas, se nós tivermos aportes externos, conseguimos tanto, se não tivermos aportes, conseguimos uma meta menor, não temos como precisar. O recurso municipal hoje, tesouro e Fundos municipais, é o que temos como administrar, então não há essa conversa. Sr. Aloisio - O Gleba G? Bem eu respondo sobre o Gleba G. As obras do Gleba G já começaram, está sendo feito o estaqueamento, a fundação, a Eletropaulo já está fazendo as sua interversões quanto à mudança do posteamento. A Gleba G virou um canteiro de obras, está certo? Foi uma conquista desta gestão, eu estive no Céu Menino em duas audiências públicas, o pessoal da PUC, escritório modelo da PUC nos acompanhou, a doutora Ana e outros colegas e advogados. E temos isso como uma grande alegria, tanto para a gestão quanto para os moradores que esperaram durante 10 anos a realização desse sonho. Esperamos até 2020 a conclusão das 221 unidades habitacionais. Bem, o próximo inscrito Alexandre Bonfim e Kiko, 3 minutos. Sr. Alexandre - O orçamento, só para que algumas pessoas entendam, e uma projeção, isso não significa que já tem esse dinheiro, que é isso que nós vamos usar, não é isso? E se já existem os locais que vocês pretendem ou se já tem um plano para o ano de 2019, e já começar a urbanização de favela e regularização fundiária? A segunda pergunta é se empata em alguma coisa, que aqui na cidade de São Paulo tem alguns bairros mais antigos que tenha placa, tem o nome da rua e tem o CEP e quando você procura na subprefeitura, diz que a rua não é oficializada, se isso atrapalha no processo. Se já dava para ir agilizando esse processo, para quando de fato já for chegar à época de regularização, para isso já estar mais avançado. Sra. Denise - Então, em relação à estimativa de recursos, sim é uma estimativa, ela sempre depende da sua confirmação. O recurso mais garantido em termos de montantes dos municipais é o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental, porque é uma transferência de receita, regrada em contrato. O FUNDURB é uma expectativa de receita, de outorgas, mas ele depende do interesse do particular, em fazer as suas intervenções na cidade, na sua produção privada, então é uma expectativa que pode ou não se consolidar, então realmente é uma estimativa. Em relação às áreas, os locais, eu apresentei alguns, mas não são todos. Regularização fundiária, eu só não apresentei porque não adianta apresentar uma planilha que ninguém lê, é uma planilha extensa. O que se proponha nesse grupo, detalha e podemos ver uma forma de trazer talvez regionalizado por um gráfico, alguma coisa até para visualizar melhor. E essa outra questão eu passaria para Silvia, que é coordenadora da regularização, porque é uma questão técnica que eu não detenho esse conhecimento. Sra. Silvia - Então, enquanto à oficialização dos logradouros, desde que não tenha obra, ser uma área consolidada, que não vai ter obra, não tem problema nenhum de encaminhar a oficialização do logradouro, e aí gente pode encaminhar e depois arrumar a numeração, mas primeiro nós vamos ter que encaminhar qual o procedimento de oficialização dos logradouros. Sra. Tereza - O que eu queria dizer a vocês senhores técnicos, prestem bem à atenção, nós temos um projeto de 1995 por aí, no Jardim Celeste, ele era Fundo de Habitação e bem empregado, veja ver a dinâmica que acontece dentro da Secretaria de Habitação e a dinâmica que acontece dentro da Secretaria de Habitação das Regionais. Era um pessoal de área de risco muito grande, foi removida todinha essa comunidade para o Fundo de Habitação. Olha para vocês verem, quando aplica senhor Secretário e sabe fazer o trabalho, sabe a dinâmica do trabalho, eu tinha certeza que essa quantidade de pessoas que estão no auxílio aluguel não precisava. Sabe por quê? Aprendemos a trabalhar e a aplicar o dinheiro e pega do Fundo, já que tem dinheiro no Fundo, devia ter se aplicado nisso, não precisava estar tanta gente no auxílio aluguel e é um desfalque, é por isso que não tem dinheiro para a habitação. Olha para vocês verem, várias comunidades estão para ser área de risco, está para ser removido, igual foi despejada essa outra comunidade lá, não precisava dar auxílio aluguel. Tem que aplicar a dinâmica de dentro da Secretaria de Habitação, junto com as comunidades, igual foi feito no Jardim Celeste nessa época, são 390 famílias senhor Secretário, com o dinheiro do Fundo. O dinheiro da regularização para começarmos a aplicar. Sr. Aloisio - Na Segunda Reunião Ordinaria do CMH, nós constituímos um grupo de trabalho que já foi publicado no Diário Oficial, para revisão e um melhor estudo sobre a proposta do PMH e nele, um dos itens que está tratando em seu bojo, é a questão do auxílio aluguel. Eu acredito que com a participação deste Conselho, desde grupo de trabalho que foi constituído, podemos produzir uma alternativa de solução quanto à questão do auxílio aluguel. E também cabe informar sobre uma câmara técnica com um pequeno comitê que foi organizado para acompanhamento do Fundo Municipal de Habitação, também formado, já publicada no Diário Oficial, que já começarão as suas atividades e suas ações para acompanhamento do Fundo Municipal de Habitação, cujo operador é a COHAB. Sr. Paulo - Denise é uma questão muito específica, mas vimos que na previsão de aplicação de recursos do Fundo, uma boa parte dos recursos vão para a regularização de condomínios que já foram construídos há muito tempo, eu queria entender como é que é, por exemplo, a questão do 3R, você mostrou uma série de conjuntos Singapura, dizendo que existe uma previsão do retorno de parte desse dinheiro do Fundo com a comercialização. Qual que é o valor? Se vocês têm uma estimativa por unidade ou por empreendimento que vai ser gasto do Fundo na regularização e recuperação e qual o valor de comercialização? Sra. Denise - Só uma questão, os 3R's é um programa de regularização, requalificação e recuperação de crédito, é um programa feito no âmbito da Secretaria de Habitação, onde ela faz um trabalho nesses conjuntos habitacionais antigos, ela prepara quando a parte fundiária já está em um estágio bastante avançado de regularização, ela entra nesse empreendimento e faz a requalificação, faz a regularização da ocupação inclusive e esse momento, é que esse empreendimento por lei é transferido para a COHAB. Os valores que a COHAB gasta nessa questão da requalificação, são valores para obtenção de AVCB's, eu acho que a Juliana pode até complementar e detalhar. Sra. Juliana - São obras principalmente de AVCB, tudo que é exigido para conseguirmos fazer uma regularização fundiária. Então esses são os mais adiantados, tem casos que são muito complica-

autenticidade verificada online
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sábado, 15 de dezembro de 2018 às 04:26:45.

dos, que depende de uma selagem, que tenha na área uma ocupação, então esses que são só edifícios ficam mais fáceis, então vamos priorizando conforme vamos contratando os outros serviços. Sra. Denise - O valor específico para cada empreendimento é apresentado na hora que vem para cá, para o Conselho aprovar o plano de aplicação, porque o plano de aplicação detalha o recurso específico para cada investimento, aqui é uma visão mais geral. Sra. Fátima – Denise quando você colocou as questões das famílias beneficiadas, 48 milhões, e quando você coloca no serviço de auxílio aluguel, que são 29 milhões e também tem a questão dos 107 milhões para a compra dos imóveis. Sabemos que essa lista de famílias já vem a um bom tempo se alongando e a nós precisamos saber quais são as famílias que estão sendo atendidas, onde está sendo atendida, porque não diminui essa lista. A reunião passada tinha gente de 10 anos, vocês colocam que está sendo pago, que está sendo construído, que tem os programas que são governo federal para atender as áreas de risco, de necessidade inicial está sendo removida e a gente não vê a diminuição dessa lista. Então acho que seria legal que a SEHAB apresentasse quais famílias estão sendo atendidas, onde está sendo atendida, para que possamos saber se realmente essas famílias estão sendo atendidas, é isso. Sra. Denise - Temos que fazer uma apresentação, focar especificamente essa questão. Por quê? A produção habitacional precisa ser dividida conforme a finalidade para qual ela foi projetada, então ela tem uma produção interna nas áreas de urbanização de assentamentos precários, que ela visa atender aquelas famílias que foram removidas, mas que voltam para área ou ela também tem uma produção externa, para aquelas famílias que não conseguem voltar para a área, por conta das obras de infraestrutura que foram feitas, determinadas áreas que tem produção habitacional vinculadas, por exemplo, a obras de PAC de infraestrutura, nós também atendemos famílias removidas das obras de drenagem, por exemplo, que a SEURB faz, obras de mobilidade também. Então o que podemos trazer, são assim, pode, acho que deve trazer, não é só pode, são grupos de demandas, que existem, quais são, como elas estão sendo atendidas hoje e em quais empreendimentos. E sempre lembrando, nós temos além dos projetos que são desenvolvidos, além dos FDS que já tem uma demanda definida, nós também temos que produzir unidades para as famílias que estão no auxílio aluguel e que tem direto habitacional definitivo e produzir unidades também para as famílias que estão inscritas no cadastro da COHAB. Então temos toda essa gama de demanda, que é uma demanda grande, que por mais que a gente produza a demanda sempre existe. Então no próprio estudo que o Secretário Whitaker fez ao final da gestão, quando ele propôs aquele trabalho do plano municipal de habitação, ele também disse que está lá no trabalho, que se nós não tivéssemos um acréscimo forte de recursos novos, nós levamos mais de 100 anos para atender a demanda necessária. Sr. Miguel - Eu acho que é mais para tirar algumas dúvidas, primeiro queríamos pedir aqui que toda essa apresentação fosse encaminhada para a gente, para podermos olhar com detalhe. Outra coisa é o seguinte, na questão do governo federal, do Programa Minha Casa Minha Vida, sabemos que esse poço secou. Qual é o plano B da prefeitura de São Paulo para isso? Para continuarmos produzindo. Outra coisa, só se eu entendi mal, mas aqui se fala, fazemos a regularização para as pessoas irem pagando, aqui o conjunto Munck foi entregue no final da década de 80, hoje tem inúmeras modificações lá, para fazer essa regularização ou se vai ter que fazer vista grossa ou não vai regularizar. A Rua Joaquim Guimarães que eu conheço tão bem, quanto a palma da minha mão, virou tudo comércio irregular. Como que vai se regularizar isso? Porque se diz que há alteração, não se regulariza. O City Jaraguá, que tem uma parte que é alta gestão, inclusive onde eu moro, moro lá há 14 anos e outra parte que foi construído pela SEHAB, tem várias alterações, hoje você tem uma parte que é prédio e outra é casa, hoje você encontra casa lá no quarto pavimento, que era embrião da época do Maluf e Pitta. Como se vai regularizar isso? Eu acho importante hoje, igual a Caixa faz que não se coloca recurso aonde não se tem retorno. Então se recebeu, começou a pagar, volta investimento para cá, para se construir mais, essa seria a logística, você faz, regulariza, as pessoas vão pagando, devolvem para cá. Então eu queria uma informação só para essas duas situações. Sr. Aloisio - Todas as apresentações ficam disponíveis no nosso site, após a nossa reunião. Sra. Denise - Em relação à questão do Minha Casa Minha Vida ter ou não o que se faz? É a mesma abordagem anterior, não há certeza nenhuma se permanece ou não permanece, nós temos certeza só dos recursos que nós podemos administrar, não quero aqui dizer que a SEHAB não está buscando, já está buscando outras formas, tanto de construção como de recursos, tanto é que foi buscar um financiamento, tem outros estudos sendo feitos. A SEHAB não está só aguardando para ver, mas não se tem nada definido. Em relação à questão da regularização, eu pelo menos parto do princípio que quando a COHAB que está aí para fazer o trabalho de regularização, propõe o empreendimento para que tenha recurso para finalidade de obtenção da AVCB, já para viabilizar a regularização, é um empreendimento que já passou pela análise técnica e entendeu-se viável para encaminhamento, por isso, acredito eu, se o Munck está aí, é porque o Munck tem condição de estar já próximo ao estágio final. Em relação ao pagamento, as pessoas que recebem uma unidade habitacional antes da comercialização, elas pagam a permissão de uso, e essa permissão de uso faz parte depois, é como se fosse uma poupança, ela faz parte depois do desconto que é dado na época da comercialização, desde que seja a mesma pessoa que esteja lá. Então, eu acredito que tanto o Munck, quanto a Imigrantes e os outros, já estejam em vias de viabilização de comercialização. Sra. Mariana - Eu queria chamar atenção para uma demanda que normalmente é silenciosa, que é das famílias que vivem nas favelas e necessitam de melhorias habitacionais. Em geral, esse número é subestimado e, sabemos que, as inadequações habitacionais elas não se caracterizam não só ausência de infraestrutura e de regularização fundiária, mas também pela precariedade habitacional. Eu vi que existe uma previsão de destinação orçamentária para o próximo ano, de R$ 6.000.550 é um valor baixo, mas enfim, eu gostaria de saber se já há um plano para esse uso, alguma destinação em termos de território ou se existe previsão para o uso de requalificação de imóveis em áreas centrais, se isso será nas favelas ou em imóveis de áreas centrais. Porque existia a modalidade de melhorias habitacionais, existe né, no PAC urbanização, mas é sabido que boa parte desse recurso foi redirecionado por causa da falta de uma metodologia específica, critérios de seleção, de elegibilidade de famílias, inclusive, das próprias intervenções necessárias e, associado a essa questão, que é um problema que pode ser bem tratado a partir de ações de assistência técnica, eu queria saber se existe alguma discussão na secretaria sobre colocar em prática a Lei de Assistência Técnica que esse ano está fazendo 10 anos que garante acesso aos profissionais habilitados a projetos, construção, reforma, e também regularização fundiária para famílias com até três salários mínimos gratuitamente pelo poder público. Então são duas questões aí. Sra. Denise - A questão do valor são os R$ 6.000.000 dentro do FMH né, que estava lá, esse valor é específico para as ações em prédios, principalmente em locação e, readequação de empreendimentos já existentes e também para viabilizar ações mais centrais. A requalificação e melhorias de unidades nos assentamentos, ele estaria no programa de urbanização de favelas. Então quando fazemos a urbanização, fazemos também melhorias, mas das casas parcialmente atingidas. Nós não temos hoje um programa de melhorias das unidades habitacionais como uma forma de melhorar as condições de habitabilidade daquelas não impactadas diretamente pelas obras. Essa ação, ela está prevista tanto da Assistência Técnica quanto do Programa de Melhorias no Plano Municipal de Habitação, então, está agora, vai ser delineado agora esse tipo de programa e, delineando esse programa, vem para o orçamento, aí hoje, nós não temos no orçamento esse tipo de ação, ele está previsto no Plano Municipal de Habitação. Aprovado isso, desenhado o processo, começa a demandar recursos. Sra. Cida Pontes - O orçamento do centro, como vai ser aplicado, ouvimos falar muito em revitalização do centro, todos os governos falam, mas o orçamento a gente nunca vê para o centro? Nós participamos do edital, nós fizemos projeto, aprovamos, estamos com o projeto aprovado, com o alvará de construção, estava na Caixa, fomos selecionados da outra vez e não conseguimos entrar e agora não fomos selecionado e são três empreendimentos lá - Itaquera, José Bonifácio, são três empreendimentos, a Marisete subiu o 9, ficou o 10 e 11. Eu queria saber como vai ficar isso daqui para frente dentro da Secretaria para discutirmos isso. As famílias fizeram vigília no terreno, fizeram a demolição, fizeram o projeto. Essa é a nossa preocupação também. Sra. Denise - Então, com relação aos investimentos à área central, nós estamos utilizando um montante razoável de recursos do FUNDURB para a aquisição de imóveis e edifícios na área central. Esses imóveis têm tanto as ações diretas de aplicação de recurso para reforma, já feitas, nós temos hoje cerca de 10. Toledo é mais ou menos 10 do FINIS? 10 imóveis já desapropriados com recursos do FUNDURB que já estão sendo solicitados junto ao Finis investimentos para locação social direcionada à população de rua. Nós temos também, outro grupo de edificações que estão sendo discutidas com o CDHU para portar recursos para locação social. Então são ações, elas só não foram apresentadas porque elas ainda não foram efetivadas, mas elas estão sendo buscadas, então temos esses grupos de prédios que com recursos do FUNDURB viabilizou essa aquisição e agora estão sendo conversados e viabilizados, inclusive do FINIS formalizados já estão, não tivemos ainda o retorno. Em relação ao caso específico que a senhora está colocando dos projetos e tal, essa é uma questão que eu não vou conseguir responder por que eu não tenho detalhes, aí acho que a COHAB a Juliana pode falar. Sra. Juliana – A Cida falou, foi o Itaquera 2 e 3, que é o José Bonifácio, que deve ser a quadra 138, um dos lotes. Parece-me que essa seleção agora de setembro de 2018 estávamos preparando os 4 lotes da quadra 138. Eles selecionaram apenas o lote 10. Nem sabemos o por que. Entendeu. Estávamos preparando, finalizando toda área fundiária, o que tinha a pagar de IPTU, todos os débitos estavam tudo para os três lotes que estavam com projetos em andamento e realmente não sabemos por que eles selecionaram só o lote 10, os outros dois lotes não foram selecionados. Sra. Cida Pontes - É o que quero saber também. Sra. Juliana - Nós também não entendemos para nos os três seriam selecionados. Sra. Esther - Eu fui até contemplada em uma parte da sua resposta, eu estive ontem na Câmara Municipal, e foi falado exatamente sobre a questão de destinação para moradores que estão em situação de rua, que é preocupante essa situação, mas você já esclareceu e também a relação à, eu estava vendo os seus slides e passou um pouquinho rápido demais, mas cerca de 70% dos últimos slides eram FAR né, mas você também acabou dando um detalhamento das demandas que serão contempladas né, nas aquisições de terreno. Sra. Denise - Nas aquisições de terreno. Tinha FDS, tinha FAR. Sra. Ester - Sim, FDS tinha apenas um, que passou rapidamente. Sra. Denise - Não, tinha mais de um. Sra. Esther - Mais de um, mas o restante, a maioria toda eram FAR, mas aí depois você fez uma relação com as outras que serão beneficiadas ali, do entorno também, é isso? Eu só queria um esclarecimento. Sra. Denise - Não, é exatamente isso que depois temos que apresentar. Por exemplo, eu tenho aqueles empreendimentos eles estão, por exemplo, Minha Casa, Minha Vida FAR, ele está vinculado a algum empreendimento de PAC? Então ele tem aquela destinação. Ele está vinculado a alguma demanda específica que não é de PAC, mas que é de auxílio? Ali foi só a destinação do que foi para o Programa. Falta ainda a apresentação da demanda vinculada. Sra. Esther - A minha dúvida é exatamente isso, porque estamos com um projeto lá no Forte do Rio Branco 1, em São Matheus, a maioria das aquisições e obras começando são FAR e não FTS, então como se destina, como é feita a elaboração de destinação desses valores. É só uma questão assim, de saber de entender essa rapidez, quando é FAR e quando é FDS parece meio moroso. Obrigada. Sr. André - Foi votada a questão da formação do GT para discutir a questão da regularização fundiária, eu aproveito a oportunidade aqui e saúdo a nova coordenadora do CEF, até que enfim temos uma profissional efetiva, e que não veio se aventurar aqui, apesar do órgão estar totalmente sucateado. A questão é o seguinte, foi colocado na redação do GT que trataria das questões das favelas e empreendimentos habitacionais. Então eu sugiro aos demais colegas que estão aqui presentes, que haja o que? Que haja a correção dessa redação, do objeto deste grupo técnico, para que possa se ampliar para questão da regularização. Por quê? Segundo a apresentação da Denise, estaria de fora as áreas de manancial e núcleos de assentamento informal consolidados. Então, até a título de orçamento, pelo o que foi colocado, a questão das favelas e mananciais estão no mesmo título, porque é assentamento precário. É isso, Denise? Sra. Denise - Sim. Sr. André - A segunda questão foi colocada à questão da Chácara do Conde de R$ 10 milhões que foram gastos. É isso? Sra. Denise – Previsão, Futuro, 2019. Sr. André - Quanto à regulamentação fundiária ou criação de unidades habitacionais? Sra. Denise - Unidades habitacionais novas. Sr. André - Então em regularização fundiária não foi gasto nada apesar de estar intitulado como regularização fundiária. É isso? Sra. Denise - Não, não, está como construções de unidades habitacionais. Sr. André - Por que eu faço questão da pergunta, Secretário? Sobre a questão da restituição, e eu aproveito aqui a fala do companheiro Miguel, que nós temos tem que prestar a atenção a seguinte questão, Miguel. Foi colocada a questão dos impedimentos habitacionais, eu vou citar aqui o exemplo da COHAB modelo, COHAB Heliópolis que foi entrega de forma irregular na década de 80 em que os moradores até hoje, muitos deles já pagaram todo o prazo que ali foi estipulado e não conseguem a titulação. Então, eu proponho que possamos abrir um estudo a respeito desses empreendimentos que foram entregues à população de forma irregular até os dias de hoje. Sra. Denise - Eu vou esclarecer. Os mananciais não estão fora, a única coisa é que, os programas existem no orçamento e ele ainda estão separados em duas rubricas diferentes, mas o recurso está lá. Nós consideramos tanto que urbanização de favelas, o que está no orçamento, como mananciais, um programa de assentamento precário. Então, os mananciais continuam sendo previstos como obras de intervenção, então mananciais continuam previsto com previsão de obras. O que eu falei aqui, o recurso maior do governo federal que estava destinado à mananciais nós perdemos, mas mananciais continua, só que em um ritmo mais devagar. Em relação à Chácara do Conde, é para a produção de unidades habitacionais, 10 milhões e meio, ele já iniciou a terraplenagem, ele prossegue ano que vem esse empreendimento já está licenciado, mesmo porque na região de mananciais não há a viabilidade de construção se não estiver licenciado, e a Chácara do Conde está licenciada, e o Esparna também, porque o Minha Casa, Minha Vida, você não faz se você não estiver com ele licenciado. A questão que se coloca em algumas áreas, não digo de empreendimentos mais antigos, mas em algumas áreas onde eu faço a produção dentro da área e ainda tem urbanização, às vezes a situação fundiária, eu só consigo viabilizar ao final da obra de urbanização, então aquele empreendimento fica aguardando o fim da intervenção. Sr. Sandro - Você começou falando das metas e depois você apresentou ou orçamentos, cada rubrica, cada instância e com relação à provisão, que eu acho que sem dúvida é um assunto muito importante, não que os demais não sejam, de urbanização e por aí vai, eu estou aqui com a matéria do site UOL, eu acho que você já comentou, do dia 03 de junho, que fala exatamente desse problema, de que se tem uma meta de 25 mil para ser atendido na gestão, que você já expos. Mas o universo me parece ser de um déficit habitacional de 474 mil unidades, e aí obviamente podemos debater esse caráter do déficit, de como caracterizar melhor, enfim, tem várias formas de calcular. João Pinheiro tem uma forma de calcular, Caixa tem outra, enfim, a dúvida é a seguinte, corroborando com as falas dos colegas com essa preocupação, das incertezas para o ano que vem os recursos próprios que o município tem para investir e sabemos que esse é um desafio grande. Nós vimos, parece que só tem dois projetos o Minha Casa, Minha Vida e o FDS que você apresentou, o restante são todos FAR, essa é uma questão aqui para nós que estamos ligados aos movimentos populares, mas a dívida vai para o sentido que, não é pouco essa meta em relação a esse universo grandioso que é o déficit habitacional? A última dúvida com relação à urbanização que você destacou e a colega também essa dúvida, com relação à requalificação, se não é o caso também, de criar uma frente de requalificação com orçamento próprio, porque você falou que está dentro da urbanização, mas me parece que será mais razoável fazer uma distinção, e fazer também um levantamento de quantas unidades precisam ser requalificadas. Eu acho que é importante para discutirmos aqui no Conselho. Por fim, e minha dúvida, voltando a minha pergunta que eu já tinha feito para a colega da COHAB com relação à COOPAMARE, se temos uma resposta para poder devolver para os companheiros que estão aguardando de forma aflita o recurso da COHAB que não saiu ainda para um projeto que está paralisado, há três anos paralisado, há dez anos paralisado e foi aprovado aqui no Conselho o recurso, foi encaminhado uma reunião para o dia 01 que foi adiada para o dia 14 então quanto mais adia, não sabe se vai ter mais o Ministério da Cidade, o que vai ser, muitas incertezas, mas queremos ter certeza aqui nessas reuniões. Sra. Denise - Então, em relação ao déficit realmente é enorme. 25 mil para 4 anos é um número que é possível em relação aos recursos que nós temos disponíveis, contando, como eu já tinha falado, com recursos externos, porque não há recursos disponíveis para uma produção maior do que isso hoje, pode ser que no futuro haja, hoje não. Quanto aos dois FDS que foram apresentados, aquilo não é o empreendimento. Aqueles dois FDS que foram apresentados foram as duas novas áreas que estão programadas para serem adquiridas dentro do programa do FUNDURB do ano que vem para viabilizar outros dois novos FDS Minha Casa, Minha Vida, os outros todos estão por aí, em diferentes estágios, então, outras áreas estão sendo adquiridas também, então são duas áreas novas a serem adquiridas. Com relação à quais empreendimentos são de produção habitacional, para chegar naqueles números, a própria propostas do grupo que vocês fizeram de acompanhamento e monitoramento de metas de orçamento, vocês vão ver isso. Nós temos aqui, planilhas que são mensalmente atualizadas de todos os empreendimentos de produção que estão sendo acompanhados. Aquela tabelinha que eu apresentei foi à regionalização, cada regionalização existe as suas explosões. E quanto à questão da requalificação, esse programa está no PMH, ele vai ser desenhado, ele vai virar uma intervenção, aí sim, ele consolida para vir para o orçamento de uma forma separada, inclusive com sua assessoria técnica. Sr. Aloisio - Com relação à pergunta do COOPAMARE, toda vez que os Conselheiros solicitam o informe, há uma provocação no processo, já saiu da COHAB já foi para SEHAB, acreditamos que até o dia 14 deste mês teremos uma solução para o assunto. Sra. Uranide - Precisamos tomar cuidado para não tornar uma bola de neve e costumamos dizer que nossas Políticas Públicas costumam ser para apagar incêndios, e o Minha Casa, Minha Vida ele não pode mais apagar incêndio. O problema de habitação em São Paulo não pode mais ser apaga incêndio. Até que ponto chegou o auxílio que ela acabou de passar os dados. Quantas unidades seriam construídas. O programa Minha Casa, Minha Vida deu certo, ele deu certo, porque foi feito junto com o movimento, foi feito junto com o povo. Então minha sugestão aqui, é cuidado para não fazer de novo um apaga incêndio sem ter os movimentos, eu acho que vocês tem que nos chamar sim para conversar sim. O que vai substituir isso? São Paulo tem condições de ter sua própria política pública segura de habitação. Então assim, chamem os movimentos para conversar. Sra. Denise - É que o programa Minha Casa, Minha vida tem recursos disponíveis, por isso que ele dá certo. Sr. Aloisio - Senhores, vamos ao voto 2. Sabemos que a atribuição deste Conselho é deliberar sobre o FMH, uma das fontes de recursos que a SEHAB, COHAB dispõe para políticas habitacionais, provendo o Fundo Municipal de Habitação entre outras fontes. O Conselho pode acompanhar, pode-se criar um grupo nesse sentido de acompanhamento, quanto à deliberação, apenas sobre o FMH. Ok? Sobre a criação desse grupo de trabalho, também foi esclarecido em reunião anterior e é regido pela Resolução 44/2010 deste conselho, vamos deliberar sobre a criação do grupo. Todos concordam com a criação do Grupo de Trabalho? Permaneçam como estão. Não havendo manifestação contrária, o grupo será criado. Sra. Denise - Posso dar uma parte? Sr. Aloisio - Pode. Sra. Denise - Eu queria só colocar uma questão técnica e de organização dos trabalhos, um grupo de acompanhamento e monitoramento, da forma que ele está sendo proposto, que é quase todo mundo que está aqui não é um grupo de trabalho, e não é uma coisa que vamos aproveitar. O grupo como está sendo proposto, no meu entender, não é produtivo. Aí é mais fácil à gente vir aqui em todas as reuniões, ou criar reuniões para tratar especificamente desse tema, onde nós trazemos a vocês todos um detalhamento maior por tema. Hoje foi uma apresentação geral porque vocês tem que conhecer o geral, mas nós podemos trazer por temas. Sr. Aloisio - Eu concordo. Aproveitando a fala da Denise, eu concordo que um grupo de trabalho têm, de ser mais enxuto. Concordo com a Denise que podemos explorar esse Conselho com mais produtividade, chamando as áreas correlatas à Secretaria de Habitação como o Departamento de Planejamento, de Obras, Coordenadoria do Trabalho Social e que eles venham fazer como uma prestação de contas, que venham explanar suas atividades, como a Denise fez em relação ao Planejamento. Com isso, eu volto a perguntar? Fica criado ou não o grupo de trabalho? Todos concordam ou não? Sr. Álvaro - Boa tarde. Álvaro representante da PEOP. Por que nós não votamos para esse grupo o número de participantes e depois cada segmento indica. Sr. Aloisio - Infelizmente, Álvaro, na nossa Resolução não estabelece o número máximo, só o número mínimo, que é três representantes, um de cada segmento. Sra. Mônica - Eu acataria a sugestão de debater sistemas em reuniões temáticas Sr. Aloisio - Mensal ou bimestral. Sra. Denise - Poderia ser proposta agenda com tema, então determinada reunião nós trazemos, por exemplo, urbanização de favelas, aí exploramos urbanização de favelas. Em outra reunião, porque as coisas não andam estão rapidas assim. Sr. Aloisio - Nós estamos falando do subitem 3, do voto 2, item 3 da pauta. Ao invés de criar um grupo de trabalho para isso, criar um calendário temático para exposição das ações da Secretaria Municipal de Habitação e da COHAB, os Conselheiro que concordam com a criação de uma calendário temático permaneçam como estão. Não havendo manifestação em contrário. Pois não, Conselheiro André. Sr. André - Só por uma questão de ordem. Para evitar esse emaranhado de informações aqui, de vir um pesado, ficar atrelado a isso, a cada apresentação a disponibilidade prévia para todos os Conselheiros, as informações que forem apresentadas nas apresentações temáticas, até para que possamos enriquecer o debate e evitar esse tsunami de informações. Sr. Aloisio - Eu concordo. Desculpa o termo, mas fica como um puxão de orelha aqui aos técnicos que sempre me trazem os slides em cima da hora, aí eles reclamam - "Cadê o presidente que não abriu a sessão?" Então vamos organizar dessa forma. Organizar um calendário de reuniões temáticas e que a apresentação como sugestão do Conselheiro Miguel corroborada com o Conselheiro André, será disponibilizada tanto por correio eletrônico, e-mail, quanto via postal previamente para conhecimento de todos os Conselheiros. Então o subitem 3 ele será indeferido como modificativo para criação de uma calendário temático. Item 4, subitem 4, do voto 2. Item 3 da pauta - organizar um calendário de visita das obras para verificar o seu andamento. Eu concordo. Eu faço as vistorias aqui da Secretaria Municipal de Habitação, faço com o corpo técnico da SEHAB de Obras e podemos organizar junto aos calendários temáticos, essas vistorias in lócus, com os Conselheiros. Eu vou disponibilizar via e-mail o dia e horário, e os Conselheiros que quiserem estão convidados. O voto 3 é o item 4 da nossa pauta. O subitem 1, versa que a SEHAB solicite a revogação do Plano de Aplicação de 2019 aprovado pelo FUNDURB. A Denise Lopes esclareceu. Também foi uma solicitação do Conselheiro Alexandre Bonfim sobre essa questão. Ficou esclarecido que a apresentação do Plano de Aplicação de 2019 foi apresentado ao FUNDUB no dia 21 de Agosto, sendo que esse Conselho tomou posse no dia 28 de agosto e a 6ª gestão, que é a gestão anterior não deliberou porque já tinha terminado sua gestão no dia 24 de junho. Todos concordam que existe a necessidade de cancelar a proposta que foi ofertada no dia 28. Não? Os Conselheiros que querem a revogação do Plano levantem as mãos. Conselheiro Miguel. Sr. Miguel - Na verdade, o plano que apresentava naquele momento, não condiz com o apresentado hoje. Era totalmente diferente, então em minha opinião, dentro do que foi apresentado hoje, eu Conselheiro Miguel, ficamos de acordo. Sr. Aloisio - Vamos ao voto. Os Conselheiros que querem a revogação levantem a mão. Então os Conselheiros que querem a validação da proposta que foi apresentada agora pela SEHAB, levantem a mão. Então foi aprovada a proposta que foi apresentada hoje no Conselho Municipal de Habitação para ser levada pelo Conselheiro. Sr. Aloisio – Queria deixar exposto que toda a apresentação que é feita é disponibilizada em nosso site e para as próximas, será feita uma apresentação prévia. Então a SEHAB apresentará o Plano de Aplicação de Recursos do FUNDURB exercício 2019 conforme apresentação de hoje. Então subitem 2, SEHAB promova adequada apresentação e discussão de sua proposta no pleno Conselho, só após esse procedimento envia a proposta, como o que foi feito agora, para nova aprovação do Conselho de Fundo Gestor de Desenvolvimento Urbano, o FUNDURB. Então os Conselheiros que concordam que é só convalidar, permaneçam como estão. Não havendo manifestação contrária, aprovada. Senhores, infelizmente terei que deixar a condução, mas o Conselheiro Toledo dará sequência. Sr. José Toledo - Então nós vamos dar continuidade com o item 5 da pauta o voto numero 6. Sra. Denise - Eu até pedi para a Márcia vir também para conversar sobre essa questão, porque a Márcia era a diretora de Planejamento na época e eu estou assumindo agora, teve um período no meio aí. Confirmamos, conversei com a Márcia, confirmamos lá no hoje Habita Sampa, na época HABISP, houve mesmo em 2014 uma publicação de toda a relação de família que estavam na época no auxílio aluguel, a publicação da destinação, da vinculação de onde seria atendido. Depois em 2016 houve uma atualização, mas em seguida foi retirada do ar essa vinculação. As famílias continuaram, mas essa vinculação foi retirada sem aviso, e o que fala no voto. E nós tentamos recuperar esse histórico, o que aconteceu e o que vamos fazer e trabalhar em cima dessa questão. Nós confirmamos isso foi retirado mesmo, na época houve uma redução de recursos federais para o Minha Casa, Minha Vida, alguns empreendimentos já não estavam com garantias de execução, não estou justificando a forma de como isso foi retirado sem a informação, só estou levantando a motivação. Isso foi retirado por conta de que alguns empreendimentos que não tinham mais o seu recursos garantido, tendo em vista a reorganização do governo federal, em 2016 inclusive, foi uma Portaria do governo federal, vários empreendimentos foram suspensos até que ele fizesse avaliação do Brasil como um todo, da situação do andamento dos Minha Casa, Minha Vida frente aos recursos federais que já estavam caindo e depois houve a publicação de uma nova portaria já com restrições para o Brasil inteiro, quer dizer, um número reduzido de unidades e recursos disponíveis. Independentemente disso nós vamos fazer agora, a Márcia vai até colaborar, um levantamento, a Juliana da COHAB também está colaborando, nós estamos fazendo novamente um mapeamento de todos os empreendimentos hoje disponíveis naquela lista que acompanhamos na meta, então quais empreendimentos hoje são mantidos ou tem garantias de manutenção, voltando naquele mapeamento anterior, qual deles manteve ou não, e qual foi os que não foram mantidos para saber em qual comunidade estava ele vinculado para avaliar como é que fazemos o estudo dessa demanda para que possamos novamente recuperar ou o estágio anterior, se for possível, ou o que vamos propor no lugar para aquele empreendimento que eventualmente não pode ser mantido. Esse mapeamento ele não é rápido, nós vamos levar um tempo para fazer isso, mas esse voto alertou para essa questão que eu não conhecia e que a Márcia já participou disso, e ela falou "Aconteceu isso!", e nós levantamos no Habita Sampa, esse registro está congelado lá, então conseguimos resgatar. Sra. Márcia - Na verdade, na época quando fizemos esse lançamento desta publicação, dessa página no antigo HABISP, agora Habita Sampa, a proposta do governo anterior era dar um destino a todos as 28 mil famílias que estavam no aluguel social, então eram 28 mil famílias, foi trazido aqui pela Conselheira Tereza, do gasto que temos com o aluguel social, então esse tema é precioso e caro para a SEHAB há muito tempo, e na ocasião, a solução que foi pensada foi dar um destino, de moradia definitiva, para diminuirmos esse tamanho desse orçamento, então conforme vai apresentando e vai produzindo unidades, vamos abaixando esse investimento em aluguel social. Então, esse era o plano inicial. Naquela época o Minha Casa, Minha Vida estava bombando, tinha bastante dinheiro, tinha recursos, então tínhamos uma perspectiva de produção habitacional próximo ai de 80 mil ou 90 mil unidades, como ela bem explicou, tivemos a necessidade de reestruturação desse trabalho porque muito daqueles empreendimentos estavam bombando, deixaram de acontecer. Mas, eu só quis pegar esse adendo porque esse compromisso de destinação de unidades é exclusivamente para família que recebem o aluguel social, sabemos de outros compromissos e nós não estamos falando desses outros compromissos de atendimento que foram feitos de gestão para gestão, eu acompanhei alguns deles, eu estou aqui há muito tempo, sabemos que toda administração se compromete com alguma comunidade, não estamos falando desse compromisso, estamos falando só daquelas comunidades que saíram de suas moradias anteriores e começaram a receber o aluguel social, somente das 28 mil. Só esclarecendo que é esse o trabalho que será refeito. Não estamos falando dos demais. Sra. Denise - Então, essa questão do voto, nós não podemos hoje, sem esse levantamento garantir, não é que é a reinclusão, o Quaresma, se ele estava lá em 2014, ele ainda está só que, qual é a destinação? Nós vamos levantar neste trabalho que vamos fazer, não podemos fazer um trabalho especificamente para uma comunidade temos que fazer para todo aquele parâmetro, então, talvez a proposta seja registrar que esse estudo vai ser feito, um prazo para esse estudo, eu pedi um prazo de no mínimo 90 dias para fazer isso, porque esse trabalho é de mapeamento no território envolve outras intervenções no entorno, ele não é uma tabela. Nós podemos avaliar com você se é possível ou não, é um prazo que tecnicamente eu posso me comprometer, agora menos do que isso é um risco. No mínimo 90, por favor. Porque é um resgate de sistema, temos que abrir o Habita Sampa, lá naquela data, resgatar tudo isso, isso tudo é geo referenciado, não é um trabalho de planilha, não é um trabalho simples de fazer. Sra. Fátima - Só uma questão, desde o ano passado, as famílias estavam no HABISP no ano passado, não foi em 2016, inclusive eu vou ceder à palavra para o pessoal da comunidade falar. Eu acompanhei esse pessoal aí, eles não estavam só no HABISP que é um portal de transparência da prefeitura e aí depois veio o Habita Sampa, e logo na gestão

autenticidade certificada oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sábado, 15 de dezembro de 2018 às 04:26:45.

passada eles já sabiam onde eles iam morar e estavam acompanhando a obra que estava em construção, então era um meio de tirar as famílias do local que eles vão morar e eu discordo quando você coloca de mais 90 dias. Eles estão esperando uma resposta da prefeitura que, quando eles receberam, que eles sairiam no ano passado, nós tivemos uma reunião com o Secretário, eles iam dar a resposta em 30 dias, esses 30 dias estão fazendo um ano agora nesse mês de novembro, fez um ano, é muito para uma pessoa, família que estão lá esperando, acompanhando a obra, que agora eles estão sabendo que eles não vão mais morar, mais essa ainda. Eles são de área R3 e R4, área de risco, sem contar que vai passar um parque no local quando eles estavam morando, iam passar um parque linear também, então foi por isso que eles foram removidos dessa área. Eu acompanhei todo o processo. Tem um e-mail que a Secretaria de Habitação passou para a Subprefeitura que eles têm esse e-mail quando em 2016 destinando a área que eles iam morar, eles acompanharam e ficaram no HABISP nessa área que estava colocado que eles iam morar. Sra. Denise - Você tem toda a razão. A proposta é: nós recuperamos a base de 2014, porque nós não podemos fazer um estudo isolado, porque isso pode ter acontecido com outras comunidades também que não tem acesso ao Conselheiro aqui, então nós recuperamos a base de 2014, ela foi atualizada em 2016, A gestão mudou, as coordenações mudam, as direções mudam. O que precisamos saber é se essas unidades, eu não estou dizendo do caso de vocês, estou dizendo, em geral, nós precisamos saber se as unidades estão confirmadas, se porventura elas estão destinadas a alguma outra finalidade, que não a anterior que estava registrada. Nós não podemos fazer isso de forma leviana também, então esse levantamento é necessário, esse levantamento não está atualizado, é uma necessidade que nós temos, esse trabalho deve ser geral, ele não pode ser em um ponto isolado, por isso não conseguimos trazer a resposta hoje, por isso eu peço esse prazo, no mínimo 90 dias, nós vamos apresentar a vocês, inclusive, com a questão das vinculações, porque na medida em que não tem a confirmação de todas as unidades, como é que fazemos as priorizações das vinculações? Nós precisamos discutir isso também. Então é nesse sentido que infelizmente nós não conseguimos trazer a resposta para vocês ainda. É isso. Sr. Nunes - Três pontos aqui sobre isso. Primeiro, tinhamos feito uma fala na última reunião que esse grupo já tinha vindo, essa comunidade já tinha vindo e feito um pedido de que quando ocorressem assuntos em que a comunidade vem que tomássemos a providência de colocar isso no início da pauta, para não ficarmos prendendo os interessados na reunião toda, correndo o risco, inclusive, de ser adiada a pauta. Eu gostaria de retificar essa questão, porque já estamos no final da reunião, no final dos assuntos. Então foi o primeiro ponto. Segundo, Denise, eu entendo a questão que vocês colocaram do levantamento que precisa ser feito e eu queria tentar separar essas coisas, ou pelo menos propor para o Conselho como encaramos isso. Eu acho que tem uma coisa que a Denise e Márcia trazem que esse cadastro se perdeu e é preciso resgatá-lo, fazer uma sistematização dos dados para poder dar uma resposta e cumprir plenamente do prazo que vocês precisam para fazer isso. Certo. Ocorre que, eu acho que o que precisamos verificar, é que essa comunidade, pelo o que estamos lendo do voto, são família que estão no auxílio aluguel, então que se encaixam no critério que a Márcia defendeu e que estavam incluídas, estavam prometidas para elas essa obra e, se eu estou bem entendendo, é uma obra que está em estágio avançado de construção, já começou e está prevista para daqui dois meses, então assim, não tem como ter dúvidas sobre isso, é preciso incluir essas famílias nessa obra, pode ter e deve ter outros casos que estão em situações parecidas, mas nós estamos tratando de um caso concreto. Não tem como manter essa comunidade nesse estudo geral, que vai fazer, de rever os dados, enfim, é isso. Sra. Marisa - Eu acho que um lado positivo, é que nós trouxemos esse ponto para discutir e vocês lincaram que tem outros movimentos com esse mesmo problema, eu não vou falar aqui o nome do nosso movimento, porque até tinhamos dito que nós iríamos apresentar para nós Conselheiros, que retorno a lembrar, que tem vários movimentos que têm problema com a família dessa mesma situação, estava escrito no HABISP e depois hoje nem sabe para onde vai e também recebem o bolsa. Mas, nesse caso gente, ficamos muito preocupados, temos que tomar solução. Primeiro tinha-se prometido, agora se retirou. Como que ficam as famílias? Como que fica a cabeça da família?. Seria muito importante e marcar uma reunião com uma comissão, tirar uma comissão das famílias e a marcar uma reunião e ver de fato essa situação, porque senão, na próxima reunião elas estarão aqui de novo cobrando, cobrar uma coisa que é de direito delas. Quero pedir para marcar uma reunião, até que tenha eu, Fátima, ou qualquer alguém de nós para estar acompanhando eles na reunião com o Fernando Chucre, com o pessoal da COHAB para ver qual vai ser o encaminhamento de fato para essas família, porque se não na próxima reunião eles estarão aqui. E outro encaminhamento que eu quero tirar aqui, é pedir para outros movimentos para na próxima reunião, já apresentarmos aqui, eu acho que vai ser mais fácil o trabalho de vocês, quais são os movimentos que têm demandas, que estava escrito no HABISP, nós temos demandas que era do tempo da Marta Suplicy, que agora não sabem nem onde vão morar. Eles não querem receber auxílio, eles querem moradia fixa. Sr. Sandro - Eu entendo os argumentos técnicos, os procedimentos. Enfim, os processos, mas me parece que é uma situação de injustiça social. É justiça que a comunidade vem aqui pedir, porque ela estava incluída, e de repente não está incluída, está fora. E temos que achar outras formas, outros caminhos. Acho que não é razoável pedir mais 90 dias e e mais 90 dias de incertezas. Para mim, na posição de conselheiro, o voto era muito simples, é a reinclusão, aí, agora, Denise, você explicou que tem essa dificuldade, que nós também não tinhamos conhecimento, mas acho que tem que achar algum caminho. Vamos votar e encaminhar a inclusão e agora do ponto de vista técnico, como operacionalizar isso? Acho que temos que achar outras possibilidades. Acho que, no mínimo, de garantia, precisamos dar para essas famílias, aqui hoje, que estão angustiadas, que estão inseguras, estão vindo aqui a toda reunião. Agora do ponto de vista técnico, precisamos pensar os prazos, acho que noventa dias não é razoável. Sr. Miguel - Eu havia falado aqui, na reunião passada, que o auxílio aluguel é uma vergonha. Com quatrocentos reais? Você não aluga um quarto e cozinha. Por isso que as pessoas estão nesse sufoco. Por isso nós temos, hoje, o maior número de reincidência de pessoas que sairam do local e reocupou o local. Por quê? Primeiro, porque não consegue pagar em outro lugar, segundo, quando as pessoas saem do local, a prefeitura não cuida da área e as pessoas retornam a área e é vergonhoso, porque a pessoa sai daqui onde tinha precariamente uma habitação e vai pagar um auxílio aluguel e vê outra pessoa reocupar a área. Na reunião passada, esse pessoal estava aqui e foi prometido naquele momento que não dava para dar uma resposta naquele momento que essa resposta seria dada hoje. É vergonhoso, é vergonhoso dizer que daqui a noventa dias para dar uma resposta sim ou não. Eu acho, minimamente, para dar, tratar com respeito essas famílias, que saia daqui com uma data de reunião, em breve, que não seja daqui um mês. Que a equipe técnica, se rebole, e recoloque. Sra. Fátima - Companheiros e conselheiras, primeiro que nós fomos votados para votar a favor da população que votou na gente. Nós não estamos aqui para votar sempre na questão do poder público. Já é a segunda reunião que nós vamos votar de novo, sem sair daqui com a decisão definitiva dessas famílias. As famílias já tiveram duas reuniões com o secretário, em trinta dias eles iam dar a resposta. Faz um ano, e aí? Agora nós vamos, de novo, votar a favor da secretaria e não das famílias, para mais noventa dias para dar a resposta? Essas famílias sairam de uma área que vocês não têm ideia como era precária, a situação. Área de risco, R3, R4. Essas famílias, desde 2016 que estão acompanhando a secretaria, a secretaria anterior que os remanejou para essa área, onde eles iam acompanhar a obra, o que eles estavam fazendo, onde eles iam morar com seus familares. É injusto aqui, agora, sairmos sem a decisão. Nós somos conselheiros aqui, nós somos eleitos para ter uma decisão aqui. E a minha posição, como conselheira. Então, eu peço encarecidamente para vocês que pensem um pouco e vejam no que vamos votar, a favor da prefeitura ou a favor das famílias que votaram na gente. Sr. Alexandre - São 400 famílias, 400 Reais de auxílio moradia que não dá para nada, todo mundo sabe, tem que se virar para poder complementar. E se fossem eles que estivessem devendo esse valor para a prefeitura? A prefeitura aceitaria 90 dias para estar repondo esse dinheiro? Não. Então estamos aqui reivindicando o que é correto se vocês mesmo, daqui, admitem que houve o erro, então tem que ser resolvido. Eu acho que tem que dar um basta nessa situação, independente de governo, independente de sigla. Se, pelo menos, você falar uma semana, duas semanas, acho que até concordamos, Então, priorizar, pelo menos, essas 400 famílias, porque não é justo, semana passada eles estavam aqui desde a uma da tarde, atrasou a reunião para começar, empurrou essa pauta para sair daqui agora frustrado. Acho que não está correta essa decisão, eu vou votar contra, eu não aceito, temos que ter a resposta é agora, não há 90 dias, não. Sr. André - Eu acho que a questão é muito mais séria do que nós estamos tratando, há uma responsabilidade aqui admitida por servidores públicos que se perdeu o quê? Arquivos? É isso? Sra. Denise - Não, eu não falei isso. Falei que houve a retirada do sistema. Não houve a informação para a população disso. Sr. André - Quem retirou do sistema? Sra. Denise - Foi a Administração, não sei quem é, no final de 2016, essa informação foi tirada do ar. O que é que foi tirado, simplesmente, num momento para o outro, aquela indicação de unidade habitacional disponível para aquele cadastro, essa informação foi extraida do ar. O que é que eu falei que estamos fazendo, recuperou essa plataforma e nós vamos atualizar essas informações, tanto da produção habitacional que está hoje mais garantida, avaliar essa população cadastrada localmente, por isso que tem que ser geo referenciada, eu tenho que achar essa população pelo cadastro onde ela está e avaliar, porque esse empreendimento, eu não sei, eu preciso levantar, estava dirigido a essa comunidade, o que mais? O do lado estava o que mais? Sr. André - Eu fico satisfeito pelo esclarecimento. Só para retomar aqui, da palavra foi dada. Então, o seguinte, eu acho que o nosso voto tem que ser mais pedagógico e até punitivo. Por quê? Se houve a retirada, primeiro tem que ser apurado quem retirou quem é o responsável. Eu acho que a questão é muito mais seria. O comprimisso do agente político é o comprimisso da cidade de São Paulo, independente da gestão. O meu voto, a minha posição, é que nós temos que incluir imediatamente essas famílias no compromisso assumido, porque a responsabilidade é total e exclusiva da municipalidade de São Paulo de acordo com o artigo 37 da Constituição Federal e também a lei orgânica do município. O segundo ponto, que a administração pública seja obrigada, após esse levantamento, a informar todos os casos analógicos a esse que foi apresentado. Então a minha proposta é da seguinte maneira, a retomada imediata, com essas famílias, do compromisso assumido. Segundo colocação. Miguel, preste atenção aqui, Miguel e Sandro. A retomada imediata das famílias desse cadastro. Por quê? Porque a responsabilidade é culpa em fiscalizando da própria prefeitura. Há uma responsabilidade aí. Por quê? Porque não foi a prefeitura que se dirigiu até ao órgão aqui, porque na outra reunião estava presente o secretário, e nada foi levantado de outro prazo, foi marcada esta data para que nós pudéssemos decidir. As famílias se programaram e faltaram no serviço para esta data. Então esta data nós não podemos omitir, fugir de nossa responsabilidade. Então meu encaminhamento é o seguinte - primeiro, inclusão imediata das famílias; segundo, o compromisso, no prazo de 30 dias, segundo a Lei 14141 de 2006, para que haja a apresentação de todas as famílias que estejam na mesma situação que estão estas famílias agora. Então meu encaminhamento é esse pela votação imediata e a inclusão das famílias. Sra. Denise - O que é que diz essa legislação, só para eu saber? Sr. André - 30 dias para apresentação de informações. Sra. Márcia - Lei de Acesso à Informação. Sra. Denise - Lei de Acesso à Informação. Depende da viabilização do nosso trabalho. Eu, infelizmente, recebi essa demanda na semana passada, eu não sabia que isso existiu, procurei a Márcia, nós temos que fazer um levantamento, infelizmente é um trabalho técnico que tem que ser feito. Eu peço a colaboração dos senhores, não estou dizendo do voto, de vocês, estou dizendo do trabalho a ser apresentado, de uma cidade desse tamanho, no mínimo tem que ser bem feito. Sra. Márcia - Só complementando, com relação à solicitação de voto, de inclusão, o compromisso de atendimento habitacional é mantido. Uma questão que foi colocada aqui é que está solicitando que isso volte para o ar, que isso volte a ser publicado. A questão de voltar a ser publicado é uma questão operacional, que aí sim, precisamos desse prazo. A questão de inclusão ou não, é uma questão que não se tem o que se negar, não tem o que se negar, realmente, se a solicitação de voto é de inclusão, não vejo o porquê da polêmica, porque ele nunca deixou de estar incluído. O que aconteceu, é que saiu do ar. E ele saiu do ar em 2016 em decorrência da descontinuidade administrativa e de recursos federais também. Quando eu estava à frente do planejamento, agente ainda fazia essa manutenção, saindo, entrou uma outra equipe, que na descontinuidade se perdeu a manutenção. Saindo aquela equipe, teve uma terceira equipe e essa mudança de descontinuidade, essa sim, é uma responsabilidade que gerou a saída do ar. Mas não gerou no compromisso, o compromisso permanece. A questão é que temos que votar, pelo que estou entendendo, pode me corrigir, o presidente aqui da mesa, é sobre inclusão, sim a inclusão não tem o que mais que se discutir, é isso? Sra. Denise - Deixa só fazer um resumo, só para encerrar essa discussão. Eu a princípio solicitei um prazo. Por quê? Pode não ser só essa comunidade, não sabemos territorialmente o que está acontecendo, vamos fazer esse levantamento. Em esse prazo não sendo possível, tem o voto já colocado, esse voto vocês vão decidir, não sou eu que decido nada, vocês que vão decidir a respeito do voto específico, só que eu peço um prazo para os demais, porque eu não consigo fazer esse trabalho em 30 dias. Sr. José Toledo - Eu gostaria de encerrar. Eu acho que o ponto fundamental é este - temos um voto proposto e eu acho que a gente, de fato, tem que votar isto aqui. Então, a decisão do Conselho é solicitar, da forma como está aqui, a reinclusão dessas famílias e a Secretaria tem que formalmente responder a essa solicitação. Denise, para essa resposta podemos nos comprometer com os 30 dias? Sra. Denise - Os Conselheiros vão decidir sobre a inclusão, ou não dessas famílias. O trabalho global é que eu não posso fazer em 30 dias. Sr. José Toledo - Desculpe. Por favor, o voto, me corrijam se eu estiver errado, é o pedido de inclusão. A gestão da base de dados é da SEHAB. Então, quem vai fazer a inclusão é a SEHAB. O que estou perguntando para você, Denise. É solicitada a inclusão, nós podemos dar uma resposta formal ao Conselho sobre esta inclusão, em 30 dias? Esse é o nosso compromisso? Podemos? Sra. Denise - Podemos. Sr. José Toledo - Depois dessa última fala da Márcia, fiquei confuso sobre o que é que estamos falando. Gente! Só para não ficar todo mundo repetindo a mesma fala. Porque é assim, todas as falas, aqui, dos conselheiros, e todo o nosso receio aqui, é em relação a um, né, eu acredito que ninguém aqui não está preocupado com a informação estar no ar ou não, todo mundo aqui está preocupado que as famílias do Quaresma Delgado serem atendidas no Forte do Ribeira. O pedido de voto é isso. A última fala da Márcia foi - "Essa questão não está em discussão". O prazo que a SEHAB está pedindo é para recolocar a informação no ar. E se eu bem entendi o que a Márcia falou aí vocês me confirmem, por favor, o compromisso com o atendimento da Quaresma Delgado no Forte do Ribeira está mantido. Isso? Sra. Denise - Isso. Sra. Márcia - A questão, só para explicar a minha fala. Então, duas coisas que eu senti na confusão, aqui. Uma coisa é o prazo necessário para fazer todo o trabalho de retomar e rever. E a preocupação da Denise é muito legitima, porque nesse trabalho não sabemos o que vai dar. Porque ela vai ter que recuperar lá em 2015, é 14,15, quando a manutenção que fazíamos foi terminada, e, agora, nesse lapso, então não sabemos o que aconteceu. A questão do Forte do Ribeira ou não, ou a questão dessa, daquela ou daquela outra é que precisa de maior tempo, porque não dá para trabalhar individualmente, foi isso que eu coloquei. Mas o compromisso de atendimento habitacional, ele permanece. Sra. Maria Fernanda - Eu gostaria de um esclarecimento. Sr. José Toledo - Pois não. Sra. Maria Fernanda - Eu gostaria de um esclarecimento simples. Se o que está sendo levantado é a clareza de que as famílias estão contempladas. Eu gostaria de saber oficialmente, já que não está no portal, oficialmente, qual foi o documento, qual foi à portaria, o que é que foi que fez a inclusão dessas famílias. Porque aí nós poderíamos estar votando para que isso fosse esclarecido antes que fosse jogado no portal. Essa é a pergunta, qual é o respaldo da publicação anterior que estava no site? Que aí acho que todos ficam satisfeitos que em 30 dias se retome essa documentação, essa votação, que é mais fácil do que organizar. Então minha pergunta é o que é que respaldou a informação original de que todos estavam tranquilamente inclusos, só isso. Sr. José - Só uma questão de ordem, senhor presidente. Sr. José Toledo - Por favor. Sr. André - Nós não temos que discutir o porquê que foi colocado nesse empreendimento. Não temos que rediscutir isso. A questão está muito bem clara, o seguinte - nós temos que garantir, a essas famílias, que elas sejam incluídas no empreendimento conforme a redação do item 5 que todos os conselheiros receberam. E, a publicidade deverá ser dada no site adequado em 30 dias. Só uma questão de esclarecimento, senhor presidente, aqui da reunião. Porque nós estamos entrando no "eufemismo" de várias colocações e nós estamos se confundindo. A questão é a reinclusão nesse empreendimento e publicidade no site, até mesmo para o ministério público ou outros órgãos de fiscalização terem acesso, somente isso, nada mais. Sr. Miguel - Márcia, o que está em discussão aqui, é o seguinte. As famílias recolocadas na demanda lá do empreendimento e o que é que propusemos - vocês fazem esse estudo da recolocação, chama a comissão da comunidade e mais alguém da gente aqui que pode acompanhar numa reunião o mais rápido possível que não pode ser daqui a 30 dias, por quê? Eu vou falar, eu no lugar deles, eles estão em quantos? Em seis. 394 estão lá, esperando a respostas deles e vai cobrar deles. Então, eles têm que chegar lá minimamente com uma resposta de uma reunião marcada com vocês, Enquanto as demais demandas da cidade, aí sim, podemos esperar uma resposta de uns 30 dias. Mas aqui é uma questão de urgência Sra. Márcia - Eu acho que talvez a gente solucione, porque temos que terminar esta reunião hoje, e tem mais outro item em pauta. A semana que vem vou receber vocês para conversar, ok? No Núcleo de Mediação de Conflitos, 22° andar, só preciso dar a data e minha agenda. E vamos já fazer, até lá, uma análise prévia da situação e respondemos isso semana que vem. Pode ser? Acatando a bela e ótima sugestão do conselheiro. Está bom? Pode ser assim? Podemos votar isso? É que eu estou sem a minha agenda aqui. Sra. Fátima - Questão de ordem. Primeiro, nós aqui temos que sair com um voto, conselheiro. O voto, aqui, nosso, é colocar as famílias na demanda e colocar destinado ao empreendimento que eles iam morar, certo? A semana que vem a proposta para colocar no site, a semana que vem e curta, Márcia, nós temos um feriado, no meio, dia 15. Sr. André - É sair daqui com o voto de reinclusão, hoje. Sra. Fátima - Então que nosso voto aqui seja com a volta de inclusão das famílias já no empreendimento, não só no site, mas no empreendimento que estavam destinadas. Aí, viu Denise, até concordo com você que eu sei como é a questão do sistema, eu acompanhei bastante essa questão do sistema do HABISP. Eu sei que para colocar todas as famílias, todas as 28 famílias, no sistema, aí sim, eu concordo com você que tem que ter uns 90 dias de prazo, mas a questão das famílias tem que sair daqui já fechado que eles vão voltar para o HABISP, imediato, e que eles vão para a área que estava destinada. De acordo companheiros? Sr. André - Vinculação ao empreendimento que é o que está na redação. Sra. Fátima - Vamos lá, gente, votar. Eu tenho que ir para outra reunião, pelo amor de Deus. Essa foi a primeira fala, minha. Eu já tinha proposto isso. Sr. José Toledo - Então nós vamos colocar em votação, por favor. Podemos colocar em votação?. Sr. André - Só para aditamento. Inclusão no site, no máximo de 30 dias. Sr. José Toledo - Não, isso não está aqui no voto. Sr. André - Mas podemos fazer aditamento disso. Sra. Fátima - Já fez. Sr. André - Então vamos para a votação. Sim. Sr. José Toledo - Da forma como foi lido, os conselheiros que concordam permanecam com estão. Aprovado o voto nº 6. Vamos para o próximo item da pauta que é o Item 2. Sra. Márcia - Vou ser bem breve dado ao adiantado da hora, mesmo porque muitos de vocês, que estão aqui presentes, já acompanharam todo este trabalho. Após o incêndio do 1º de Maio, daquela tragédia que aconteceu no Largo do Paissandu, foi criado, por uma portaria, um grupo intersecretarial que se responsabilizou por visitar todos os prédios que conheciamos como ocupados, na cidade de São Paulo. Temos uma linha do tempo que começou com o desabamento e culminou na constituição desse grupo com uma portaria. As visitas, em todas as ocupações, começaram em 7 de maio. A partir de 7 de maio, começamos a constatar algumas ocupações, poucas por sinal, no qual já se verificou a necessidade de interdição. No dia 14 deparamos com uma de extrema vulnerabilidade e insegurança que é a da Rua do Carmo, ao lado do Poupatempo. Já, de imediato, no dia 14 iniciamos já a retirada das famílias do empreendimento, que é o primeiro da ocupação, uma vez que as 81 famílias estavam em risco iminente de incêndio e de alguma outra tragédia. E conseguimos concluir o trabalho do grupo na segunda quinzena de julho. Ao todo começamos com uma lista de 76 ocupações, que foram vistoriadas uma a uma, sendo que constatamos muitas delas já desocupadas, ou por razão de reintegração de posse ou por outras razões. Detectamos, dentro das 76, 51 ocupações, entre elas essa que já tinhamos interditado na Rua do Carmo, que passaram por essa avaliação, distribuídas na Lapa, Mooca, Sé, Pinheiros, Vila Prudente e uma em Itaquera em condição bastante precária. Do ponto de vista da propriedade, dentre as ocupações, 35, ou seja, 70% elas são de propriedade privada e 16 de propriedade pública. E o tempo de ocupação variava até mais de 10 anos, sendo que a grande maioria é de mais de 5 anos. Muitos desses prédios também possuem uma dívida ativa bastante considerável, no valor de, em alguns casos, até 62% do valor do imóvel, ou seja, já é constatado o abandono por parte dos proprietários desses imóveis. E uma dívida ativa, em média, correspondente a 16% dos valores venais de todos esses prédios. O número de famílias estimado, uma vez que não fizemos o senso, foi apenas estimado, é de 3.500 famílias num total aproximado de 10.560 pessoas, no qual, nessa distribuição que é aqui em baixo, boa parte equivale, na verdade, chega mais próximo, em relação ao privado e ao público, 5.800 pessoas em ocupações de propriedade privada e 4.700 em ocupações de propriedade pública. Dos aspectos sociais, percebemos que tem uma grande quantidade de população idosa, 86% das ocupações com forte presença de idosos, muitos com presença de deficiência, em 60% delas, e 58% de população emigrante, também, ocupando esses prédios. Do ponto de vista da organização dessas ocupações, 60%, aproximadamente, 57% eram ocupados por movimentos de moradia organizados, sendo que 43% é de ocupação espontânea, não organizada. Com uma organização própria, eu diria. Dos aspectos físicos que foram encontrados, temos a grande maioria com até 5 pavimentos, ou seja, não eram prédios muito altos, ocupados. Mesmo por que quem mora numa ocupação sabe a dificuldade de fornecimento de água e energia para prédios muito altos, mas também temos prédios que chegam a 22 andares, como, por exemplo, o Prestes Maia. Com relação à energia elétrica, obviamente, 88% irregular e com relação ao tipo de imóvel, visitamos 84% dos prédios, algumas casas e um galpão ocupado. Além disso, verificamos nos aspectos físicos mais marcantes, temos a questão do lixo, o inadequado condicionamento do lixo em 54% dos casos, a existência da brigada de incêndio em 30%, principalmente nas ocupações por movimento de moradia. A condição dos hidrantes atingindo, mais ou menos, 40% com a presença de hidrantes. E, em boa parte, em 65% com obstrução de rotas de fuga. A partir desse perfil, eu vou ser bem rápida, não vou me deter muito, podemos depois apresentar e disponibilizar no site o relatório completo desse resultado que é um texto que esmiúça todo o resultado desse trabalho. Mas no geral, o que detectamos é que tem uma condição passível de qualificação de segurança na maioria deles. Temos, portanto, uma destinação, dos 51, resolvemos, para cada uma delas, algum tipo de destinação. Em 3 deles optamos pela imediata interdição, ou foi interditado já de primeiro, que é a Rua do Carmo. Interditamos o de Itaquera que é o Harry Dannemberg, na Rua Harry Dannemberg, e tem um terceiro ainda em fase de interdição lá no Cambuci. Além disso, 11 dessas ocupações já possuem algum tipo de vinculação à produção de habitação de interesse social. Temos alguns já com chamamento, outros já desapropriados para alguma destinação de habitação de interesse social. 10 dessas ocupações tinhamos um estágio avançado de reintegração de posse por parte do proprietário, o que impede termos alguma intervenção, uma vez que a ação judicial vai inibir uma intervenção de médio e longo prazo. E, no final das contas, dos 51 restaram 27, nos quais é passível algum tipo de intervenção que qualifique a segurança, nem que seja provisoriamente, até determinar uma solução definitiva para essas ocupações. E para esses 27 constituímos um grupo de trabalho permanente intersecretarial pelo qual eu vou falar agora na outra apresentação. Esta apresentação está no site da SEHAB, essa primeira, e está disponível desde julho deste ano. Em 2018, em agosto, acho que 8 de agosto, instituímos por portaria 648/2018, que é o objeto desta solicitação de voto, um grupo intersecretarial envolvendo representantes da Secretaria de Habitação, da Segurança Urbana, da Coordenadoria de Defesa Civil da Cidade de São Paulo o COMDEC representada pela Defesa Civil, a Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, Secretaria de Governo, Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Justiça e das Prefeituras Regionais e a Procuradoria geral do Município. Por parte da sociedade civil, a gente vem tentando a representação, por isso da solicitação de voto, do Ministério Público, que não é o caso aqui, mas representantes, titulares suplentes de movimentos de moradia, das universidades e das assessorias técnicas. E, convidados, não representação formal, a gente vem convidando, dependendo da situação, concessionárias, SABESP, Eletropaulo, COHAB, CDHU, Caixa, Corpo de Bombeiros, Defensoria Pública e órgãos conforme a necessidade. Além disso, constituímos um grupo de apoio na SEHAB, para dar suporte a este trabalho. Quais são as intervenções previstas do ponto de vista físico - execução de medidas mitigatórias, ou seja, como vamos mitigar ou qualificar o risco ou qualificar a segurança, a regularização da rede de energia, a regularização do abastecimento de água, se for o caso, equipamentos de segurança, estudos de viabilidade técnica de projetos de reforma. Do ponto de vista social - arrolamentos das famílias, constituição de associação de moradores, instalação de brigadas de incêndio, e articulação entre direitos humanos, principalmente com relação aos emigrantes. As questões fundiárias - Acompanhamento das ações integratórias, instrumento jurídico da regularização da posse, desapropriação e negociação com o proprietário, quando for o caso. E do ponto de vista financeiro, busca de fontes alternativas de recursos para fazer as qualificações nessas ocupações, isto do ponto de vista imediato e temporário. Do ponto de vista definitivo, a produção de HIS ou reforma para padrão mínimo de segurança ou, eventualmente, algumas novas interdições. Então, o objeto do grupo de trabalho constituído foca nessas intervenções, na viabilidade dessas intervenções, nas 27 ocupações. Além do mais, a gente vem recebendo, desde a constituição do grupo, em agosto, algumas novas ocupações que não passaram por esse crivo. Como eu disse, partimos de uma lista prévia de 86, porém essa lista prévia é uma lista que conseguimos no corpo de bombeiros, e conseguiu algumas questões internas aqui. Mas sabemos que ela ainda está aquém do universo de ocupações da cidade. Então, ainda estamos aberto a receber, no grupo, indicações de outras ocupações que por ventura possam, também, fazer parte desse grupo. Com o aprofundamento do grupo, indicou mais duas interdições, por uma questão de risco, uma vez que, depois do relatório, retornamos a vistoria e verificou que as condições habitabilidade e a possibilidade de eventuais medidas mitigatórias iam ser bastante complexas. Então, vamos ter agora, já em curso, uma, na Vila Ema, na Av. Vila Ema, que já tem data prevista para a semana que vem, e outra na Rua Independência que tem data prevista no dia 21 de dezembro. Essas duas foram determinações judiciais, inclusive, pela desocupação imediata. É bom esclarecer, que todas essas famílias, 100%, em razão do risco e se enquadrando na Portaria 131, todas essas famílias estão recebendo aluguel social. Com relação à reintegração de posse prevista, nas 10, a gente vem acompanhando as ações de reintegração de posse, pelo grupo de mediação de conflitos, e a gente, inclusive, já reverteu algumas reintegrações de posse. O que pode somar às 27, novas ocupações para pensarmos, também, em medidas mitigatórias. Então a gente vem tentando interferir nas reintegrações de posse, na medida do possível, negociando com os proprietários. No entanto, já tivemos dois edifícios que passaram por reintegração de posse, a do Dr. Cesário Mota Jr., lá perto da Santa Casa, e na Rua Caninde, essa da Rua Caninde, inclusive, acho que já foi até demolido. Do ponto de vista das que têm proposta de intervenção, já estamos com negociações com Ministério da Caixa, Ministério da Cidade para agilizar a contratação dos projetos, como é o caso da Prestes Maia, como é o caso da José Bonifácio que precisamos, também, agilizar. A busca de recursos, junto ao governo federal, para isso, aqueles que estão em andamento, e novos recursos para retrofit daquelas outras que têm possibilidade de retrofit, e, também, em especial, a partir de altos valores de dívida e IPTU, buscarmos a desapropriação para novos empreendimentos. Então, já temos aí a própria Vila Ema, a gente vem estudando, eventualmente, fazermos uma desapropriação. Trata-se de uma ZEIS 3, num terreno bastante interessante, precisa, tecnicamente, avaliar se é viável construir alguma coisa no local. Com relação às 27, o que é que fizemos, constituímos grupos, já vem se organizando, criamos procedimentos, modelos de ficha técnica, cronograma, critérios de intervenção, vem organizando as respostas ao Ministério Público, que são muitas, a pressão do Ministério Público é imensa, as lideranças aqui, das ocupações, podem confirmar a pressão que vem-se sentindo de diversos órgão da imprensa, do Ministério Público, até foram chamados aí pela Polícia, e eventualmente outras pressões, uma vez que foi criada uma histeria coletiva a partir do incêndio do dia 1 de Maio. Como também, tivemos aí várias vistorias complementares e que demonstraram, eventualmente, uma ou outra nova interdição, ou outras ocupações que passaram a compor o grupo, como é o caso de uma no Ipiranga e tem mais duas que, por ventura, também vão fazer parte desse grupo, também. É importante afirmar, também, que 100% desse processo, foi participado e discutido com as lideranças com a participação efetiva, real e legitima das assessorias técnicas e da universidade, em especial, Mackenzie e UFABC. A gente vem construindo isso, coletivamente, já há algum tempo, e tem tentado dar conta de todas essas pressões. O que precisamos agora e a solicitação de voto é nesse sentido, é que a gente traga uma representação deste Conselho, para compor esse grupo, dos três segmentos

autenticidade certificada oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sábado, 15 de dezembro de 2018 às 04:26:46.

que a gente propõe, o segmento dos movimentos de moradia, do segmento das universidades e do segmento das assessorias técnicas. Obrigada, aguardo indicações. Sr. José Toledo - Abri as inscrições para dúvidas, esclarecimentos. Sr. Alexandre - A questão da Vila Ema há uma possibilidade de interesse de desapropriação, é isso? Mas para que fins, fim HIS ou FAR? Sra. Márcia - Eu só mencionei a questão da desapropriação porque é uma das ocupações que tem uma alta dívida de IPTU. Mas não fizemos nenhum estudo de viabilidade técnica, não deu tempo para verificar se vale a pena desapropriar ou não. Sr. Alexandre – Qual ZEIS é lá? Sra. Márcia - É ZEIS 3, mas ainda precisamos fazer o estudo de viabilidade. Então não podemos afirmar que vai desapropriar ou não. Só vamos dizer que é uma indicação, uma vez que a dívida corresponde a 60% do valor venal, ou seja, mais o gasto e tudo que a gente vem tratando de aluguel social e tudo mais, pensamos em fazer uma negociação, mas se não puder construir nada lá, Então a gente, primeiro, precisa avaliar se vale a pena ou não. Sra. Antônia – Esse grupo que já foi criado desde a queda do Edifício, existe já um trabalho com os técnicos da SEHAB, COHAB. Sra. Márcia - COHAB também, esqueci de falar. Sra. Antônia - E eu quero dizer que esse voto é importante porque esse grupo conseguiu mitigar, resolver algumas situações conflitantes dentro do processo de vistoria, dito que citou lá o São João, que eu já citei aqui. Ele ia ser interditado por conta do sexto andar, conseguimos organizar, enquanto moradores, nós corremos e fizemos toda a obra e evitou essa interdição. Então esse grupo, ele tem esse trabalho, um trabalho espetacular, uniu-se dentro desse processo, evitar possíveis famílias na rua, ou a grande maioria na rua. Porque trabalhamos exatamente isso, mitigar, tentar resolver, tentar consolidar, e evitar que todas as famílias vão para a rua. Então eu defendo, porque eu participo, eu faço parte, fiz parte do GT, coloco para vocês que é um grupo maravilhoso, todos trabalham para o bem das famílias, ninguém ali está trabalhando contra o trabalho social que vai garantir o direito dessas famílias. O tempo todo trabalhamos para a não violação dos diretos. Então eu, aqui, voto sim, peço o entendimento de vocês. Sr. Nunes - Faço minhas, as palavras da Antônia, em relação à importância do grupo, e tal. Só queria Márcia, se puder dar um esclarecimento, para podermos organizar aqui, na hora do voto, quem que se indica. Pelo slide, você falou de duas pessoas. Sra. Márcia - Titular e suplente. Sr. Nunes - E duas pessoas aqui do Conselho? Se é duas pessoas por segmento, ou se é duas pessoas do Conselho. Sra. Márcia – Duas pessoas por segmento. Sra. Márcia - Só para esclarecer, começamos a participação desde o primeiro grupo de vistoria, ela já contou com a participação dos 3 segmentos, aqui compostos, movimento de moradia, assessoria técnica e a universidade. Então queremos manter nesse grupo permanente essa tríade que foi perfeito e deu muito certo. Na última reunião do grupo, a gente até, membros do poder público, da Defesa Civil cobrou inclusive, não é, Nunes, você estava lá na última reunião, cobrou a participação ativa da assessoria técnica, ou seja, estamos contando com a assessoria técnica, para ajudar nesse trabalho, ou seja, a sociedade civil, ela tem um papel primordial nesse trabalho, a prefeitura sozinha não vai resolver. Então é a composição de esforços, de todos nós aqui, e trouxemos para o Conselho a solicitação de voto para compor esse grupo, por uma indicação do próprio Movimento de Moradia, da própria assessoria. Olha, para compor esse grupo, precisamos legitimar isso no Conselho Municipal de Habitação. Então a sugestão de voto é do poder público, sim. Então essa solicitação já é acatando uma sugestão desses 3 segmentos, e esses três segmentos valorizando e compondo aquilo que acreditamos, que esse Conselho é legitimo para participar desse grupo, ou seja, entrar pela porta da frente. Certo. Sra. Jomarina - Eu concordo plenamente com esse voto e quero me candidatar para fazer parte desse grupo, porque eu tenho várias ocupações aqui no centro. Sr. André - Queria primeiro saber, que a Márcia esclarecesse a situação do Dannemberg, quantas famílias foram atendidas pelo auxílio aluguel, segundo a Portaria 131, e a própria questão, também, parece que teve um relatório que começou no corpo de bombeiros junto à subprefeitura, qual será a destinação do prédio, se a área pode ser aproveitada para moradia. Então queria que ela esclarecesse, se ela pode informar a questão dos inquéritos civis, parece que ela informou que tem outros inquéritos civis por parte do Ministério Público que estão em curso, que se ela pudesse informar dessa situação e também de novas ações, tanto da Vila Amália como Itaquera. Sra. Márcia- Com relação ao Harry Dannemberg, temos lá uma situação de moradia, não só do prédio, mas também do entorno do prédio. O grupo visou a eliminação do risco, a desocupação foi só do prédio, permitindo que o entorno permanecesse. Por que essa ação? Por que essa intervenção? Por que essa permanência? O fato de as famílias estarem lá há 10, 15 anos, numa área particular, dá a eles o direito de usucapião, e eles vêm pleiteando usucapião. E então o destino passa por uma questão jurídica, ou seja, se as famílias, pleiteando usucapião, seriam proprietárias da área e a destinação caberia a elas em conjunto, inclusive, com parceria da Prefeitura, ou se a gente, com esse grupo que tem os direitos sobre a propriedade da área, compormos uma solução. Então isso ainda é o "day after" que ainda não contamos. Com relação à desapropriação foram oferecidos auxílio aluguel para a totalidade, porque o enquadramento nesses casos é por risco, existe provisão legal para atender a todos os moradores, porque todos os moradores se encontravam em risco. Portanto, atendemos lá, salvo engano, foram 86 famílias, no Harry Dannemberg. A outra pergunta é? Sr. André - Sobre a questão dos inquéritos civis. Sra. Márcia - Tivemos, com a participação da PGM, no grupo, ele fez um levantamento de todos os inquéritos civis que correm no Ministério Público. Percebemos que esse levantamento da PGM carece atualização, a gente vem atualizando, e a tentativa é dar resposta a todos os inquéritos, então, a partir do trabalho do grupo, a gente vem noticiando o MP, nesses inquéritos, das decisões do grupo, com relação ao destino daquelas unidades. E, fora isso, como concentra todas essas respostas, participamos de audiências que foi chamada, salvo engano, pelo Promotor César, no qual já demos informação para 5 delas. Então a gente vem, além da informação formal, eventualmente participamos de audiências. Todas as audiências de conciliação, ou não, que passa por questões envolvendo essas ocupações, o grupo tem a obrigação e a atribuição de dar conta e prestar resultados e buscar uma solução conciliada. Sr. José Toledo - Se vocês estiverem de acordo, acho que poderíamos partir para a formação do grupo. Acho que é efetivo, é o nosso objetivo. Sra. Antônia - Só para reforçarmos aqui a importância desse voto, a importância da criação desse grupo. Esse grupo tem por objetivo, legitimar realmente as questões do direito das famílias, a não violação dos direitos das famílias. E eu gostaria de me candidatar, também. Sr. José Toledo - Nesse sentido que o Poder Público solicita a participação de representantes dos movimentos e da sociedade civil. Sra. Márcia - Enviamos a solicitação de voto para a indicação de um titular e um suplente, de cada um dos segmentos. Sr. José Toledo -Perfeito. Esse é o caminho. Vamos deferir isso agora? Sr. José de Anchieta - Só uma questão de esclarecimento Sr. José Toledo, por favor. Parece que já tem um grupo que está trabalhando, em curso. Pelo que eu entendi. Então queria que fossem nomeadas as pessoas que já estão trabalhando na área. Por quê? As pessoas que já estão trabalhando, obviamente, elas já têm maior intimidade, então não haveria uma descontinuidade no trabalho. Sra. Márcia - Muito bem observado, na verdade, temos um grupo que participou efetivamente na primeira fase das vistorias. Nesse grupo nós ainda não temos uma participação formal, porém como tratamos, em cada reunião de determinadas ocupações, para essas reuniões, por exemplo, na última cuidamos da Rio Branco e da Conselheiro Neves, então convidamos a assessoria técnica e as lideranças desse grupo. O que estamos pleiteando é uma participação continua, fixa, mas vamos convidar todos os representantes sempre que for discutida aquela ocupação, também vamos convidar participação do representante daquela ocupação. Para que não tenhamos também qualquer decisão nesse grupo que não passe pelo conhecimento pleno de quem está morando lá. Então, além da fixa, que estamos pleiteando aqui. Sr. José Toledo - Nesse sentido, não é necessariamente obrigatória a continuidade da participação das pessoas. Sra. Márcia - É uma indicação, é uma diretriz interessante. Sr. José Toledo - Participantes fixos e outros são convidados à medida que o assunto é direcionado para qualquer região. Sra. Márcia - Perfeito, isso mesmo, Toledo. Sr. José Toledo – Então chegamos a um consenso e ficamos com as indicações de Sociedade Civil, assessorias técnicas conselheiros Nunes titular e Sandro suplente, das universidades Denise titular e posteriormente será feito a indicação de suplente, do movimento conselheiras Jomarina titular e Antônia suplente. Sra. Márcia - Se me permite mais uma fala. O conselheiro André pediu para disponibilizar, para o Conselho as atas de todas as reuniões, eu acho uma boa ideia. Estaremos disponibilizando através do site para todos terem ciência. Sr. André - Só uma questão de ordem, eu queria só pedir, se fosse possível, se os demais colegas concordassem, a cada, pelo menos, dois ou três meses, se fizesse aqui uma apresentação do resultado, até para termos essa devolução, ficaria registrado nesta ata. Sr. José Toledo - Os representantes do Conselho, na comissão, fazem a apresentação aqui. Sra. Márcia - A gente compõe, a cada dois, três meses, uma apresentação dos resultados, acho uma ótima ideia. Sra. Ana Maria - Isso já está previsto numa resolução do Conselho, que cada um que faz parte em outros Conselhos tem que ter a obrigatoriedade de colocar esse assunto em pauta e dar uma devolutiva para os demais conselheiros. Sra. Márcia - Com base nessa resolução, temos um compromisso, como coordenadora do grupo, de estar compondo, junto com os representantes, com vocês, para que o grupo de trabalho esteja a cada dois, três meses, fazer uma apresentação, das ações de todo que a gente vem falando para o conselho pleno do CMH. Eu quero deixar bem claro aqui, consignado em ata, de que estamos construindo uma política pública, então é muito importante termos esses registros e a participação de todos, para termos legitimidade em tudo que está se fazendo. Estamos lidando com uma coisa muito séria, e que a gente está sendo bastante instada pelo Ministério Público, com razão, porque temos uma preocupação com a segurança de todos os moradores, mas o que precisamos é uma solução conciliada com todos nós e criar uma política pública própria. Sra. Ana Maria - Eu só queria dar um aviso a todos que em todas as reuniões que acontece aqui no Conselho, colocamos alguns convidados e um dos convidados é o promotor de habitação, Dr. César, Márcia. Ele sempre recebe tudo que vai acontecer nas reuniões. Todo o material que vocês recebem, ele recebe e as respostas também. Na hora que eu devolvo para vocês, cada e-mail dizendo o que aconteceu, ele também recebe. Por que houve, na sexta gestão do Conselho, um pedido dele para estar sempre a par do que está acontecendo, aqui, nas reuniões do Conselho. Sr. José Toledo - Agradecemos a presença e a participação de todos, e encerramos a sessão.

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

CONTABILIDADE

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO - RETIFICAÇÃO PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL - CIDADE DE SÃO PAULO.

I - Fica Retificado a Retirada de Nota de Empenho no Diário Oficial da Cidade de São Paulo em .14.12.2018, página 103.

ONDE DE LÊ:

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS

Encontra-se a disposição do interessado, após convocação do mesmo, no Setor de Gestão de Contratos, na Rua Castro Alves, 63/73, 6° andar, de 2 ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, a Nota de Empenho abaixo relacionada, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes.

EMPRESA	PROC/MOD.	NE
AMETECH TRADING LTDA EPP	6210.2018/0002814.1 – DISPENSA	3345

LEIA – SE:

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

Ficam convocadas as empresas abaixo relacionadas, a retirarem as Nota (s) de Empenho, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes, na Gerência Técnica Contábil Financeira, à rua Castro Alves, 63/73, 5° Andar de 2 ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, (Para Processos de Dispensa/Exclusividade/T.P/Convite e Concorrência) e 03 (Três) dias úteis, (Para Processos de Ata de RP e Pregão), a contar desta data.

EMPRESA	PROC/MOD.	NE
AMETECH TRADING LTDA EPP	6210.2018/0002814.1 – DISPENSA	3344

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

Ficam convocadas as empresas abaixo relacionadas, a retirarem as Nota (s) de Empenho, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Municipio de São Paulo ou declarações correspondentes, na Gerência Técnica Contábil Financeira, à rua Castro Alves, 63/73 5° Andar de 2 ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, (Para Processos de Dispensa/Exclusividade/T.P/Convite e Concorrência) e 03 (Três) dias úteis, (Para Processos de Ata de RP e Pregão), a contar desta data.

EMPRESA	PROC/MOD.	NE
FRESENIUS KABI BRASIL LTDA	6210.2018/0005439.2 – DISPENSA	3348

DESPACHO

O Superintendente do Hospital do Servidor Público Municipal, no uso das atribuições conferidas pela lei 13.766/04, resolve:

Processo nº 6210.2018/0003994-6 - I - O Superintendente do Hospital do Servidor Público Municipal, no uso das atribuições conferidas pela lei 13.766/04, à vista dos elementos constantes no procedimento administrativo em tela, em especial, considerando a manifestação das áreas técnicas desta Autarquia, assim como o parecer da Procuradoria, cujos fundamentos adoto como razão de decidir e, uma vez atestado que o material foi utilizado a contento, reconheço a existência de crédito em favor da empresa MP COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 65.831.943/0001-01, no valor estimado de R$ 2.125,00 (dois mil cento e vinte e cinco reais), referente a utilização de "01 (uma) unidade a mais de Válvula Aórtica de Pericárdio Bovino/porcino" na cirurgia da paciente Luiza Delmaschio de Oliveira – RH: 34655, e AUTORIZO o pagamento como indenização e emissão de Nota de Empenho no valor correspondente, onerando-se o elemento de despesa 3.3.90.30.00 – Material de consumo

II – Publique-se

SAÚDE

GABINETE DO SECRETÁRIO

DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS – SMS.3

DEFESA ADMINISTRATIVA

Ficam **CONVOCADAS** as empresas abaixo relacionadas, a apresentar Defesa Prévia por descumprimento de cláusula contratual, preferencialmente através do email dsuprisms3@prefeitura.sp.gov.br ou presencialmente à Rua General Jardim, 36 – 3° andar – Vila Buarque, das 8 às 16 hs. no prazo de 05 dias úteis, a partir desta publicação.

Em razão do atraso na entrega ou inexecução parcial/total

PROCESSO	EMPENHO	EMPRESA	DANFE	DIAS ATRASO
6018.2018/0045413-2	105.835	SOLUMED DISTRIB. DE MEDIC. E PROD. PV SAUDE LTDA	123.737	5
6018.2018/0037335-3	92.954	MAJELA HOSP. LTDA	173.386	28
6018.2018/0037335-3	92.954	MAJELA HOSP. LTDA	173.411	28
6018.2018/0037335-3	92.954	MAJELA HOSP. LTDA	173.413	24
6018.2018/0037335-3	92.954	MAJELA HOSP. LTDA	173.433	25
6018.2018/0037335-3	92.954	MAJELA HOSP. LTDA	173.453	55
6018.2018/0044599-1	99.499	METHABIO FARMAC. DO BRASIL LTDA	6.954	64
6018.2018/0050353-0	117.495	CRISTÁLIA PROD. QUIM. FARMAC. LTDA	2.134.705	1
6018.2018/0046890-8	122.624	DUPATRI HOSP. COM. IMPOR. EXPOR. LTDA	180.513	5
6018.2018/0033238-0	80.335	QUALITY MEDICAL COM. DISTRIB. DE MEDIC. LTDA	29.374	3
6018.2018/0035214-4	86.926	PLAST LABOR IND. E COM. DE QUE. –OSP. E LABOR. LTDA	37.588	14
6018.2018/0035214-4	86.926	PLAST LABOR IND. E COM. DE QUE. –OSP. E LABOR. LTDA	1.00.026	58

COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

DVISAM / NÚCLEO DE VIGILÂNCIA DE RISCOS E AGRAVOS A SAÚDE RELACIONADO AO MEIO AMBIENTE

DESPACHO

Processo Nº 6018.2018/0057451-1

Interessado: Associação Princesa Isabel de Educação e Cultura

Endereço: Av Interlagos nº 1329

Assunto:**Defesa ao Auto de Infração**

À vista da manifestação técnica apresentada em doc SEI013283597 , que acolho, adoto como razão de decidir, recebo a defesa apresentada pela empresa como regular e tempestiva, e a indefiro mantendo o Auto de Infração Série H / Nº 006294. aplicado.

DVISAM / NÚCLEO DE VIGILÂNCIA DE RISCOS E AGRAVOS A SAÚDE RELACIONADO AO MEIO AMBIENTE

DESPACHO

Processo Nº 6018.2018/0051266-4

Interessado: Igreja Vida Nova / CNPJ 60.551.066/0001-00

Endereço: Av. Corifeu de Azevedo Marques, 5234 - Jaguaré - Cep: 05340-002 - SP/SP

Assunto:**Defesa ao Auto de Infração**

À vista da manifestação técnica apresentada em folha de informação SEI nº 012204897, que acolho, adoto como razão de decidir, recebo a defesa apresentada pela empresa como regular e tempestiva, porém quanto ao seu méritoa **indefiro, mantendo-se integralmente o Auto de Infração Série H / Nº 006320.**

COVISA / DIVISÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL

DESPACHO

Processo Nº 6018.2018/0051266-4

Interessado: Igreja Vida Nova / CNPJ 60.551.066/0001-00

Endereço: Av. Corifeu de Azevedo Marques, 5234 - Jaguaré - Cep: 05340-002 - SP/SP

Assunto:**Recurso ao Auto de Imposição de Penalidade – 1ª Instância**

À vista da manifestação técnica apresentada em folha de informação SEI nº 012204897, que acolho na integra e adoto como razão de decidir, indefiro o recurso apresentado e mantenho o Auto de Imposição de Penalidade Série H / Nº 017929 e o Termo de Interdição Série F / Nº 4714.

DIVISÃO DE VIGILÂNCIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE

A Divisão de Vigilância de Produtos e Serviços de Interesse da Saúde - COVISA/SMS, de acordo com o disposto no art. 1º, inciso IV, art. 140 e 145 da Lei Municipal nº 13.725 de 09/01/2004, torna públicos os seguintes despachos e procedimentos administrativos referentes à Interposição de Recursos em 1ª Instância a Autos de Imposição de Penalidade ou Multa:

RECURSO EM 1ª INSTÂNCIA AO AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

Proc. / Estabelecimento / Endereço / Auto de Imposição de Penalidade série nº e Termos séries nºs / Despacho

2015-0.285.014-8 / Patologia Especializada e Citologia Ltda / Rua Vergueiro, 1855 cj 21 / Auto de Imposição de Penalidade série H nº 016211 / Deixa de ser recebido por ter sido apresentado intempestivamente.

2015-0.331.659-5 / Carolina Mazzi de Aquino / Rua Serra de Bragança, 860 - 2º andar / Auto de Imposição de Penalidade série H nº 015997 / Indefiro

2017-0.078.075-8 / Davita Serviços de Nefrologia da Penha Ltda / Rua Major Angelo Zanchi, 725 / Auto de Imposição de Penalidade série H nº 016175 / Indefiro

2017-0.078.087-1 / Pediatrics Home Care Internação Médica Domiciliar / Alameda Santos, 1293 cj 81 / Adv. Karina Alves Gonzalez Simonetti OAB/SP 159.779 e Ricardo de Almeida Simonetti OAB/SP 169.156 / Auto de Imposição de Penalidade série H nº 016210 / Indefiro

2017-0.148.155-0 / LBS Laborasa Indústria Farmacêutica Ltda / Rua Costa Barros, 2880 / Auto de Imposição de Penalidade série H nº 014375 e Termo série F nº 8068 / Indefiro

2017-0.151.745-7 / THN Nutrição e Saúde Ltda / Rua Vicente de Carvalho, 168 / Auto de Imposição de Penalidade série H nº 020988 / Indefiro

2017-0.175.035-6 / Parafinil Indústria e Comercio de Parafinas Especiais Ltda / Rua Padre José Antonio Romano, 32 / Auto de Imposição de Penalidade série H nº 014039 / Deixa de ser recebido por ter sido apresentado intempestivamente.

2017-0.185.237-0 / Antônio Brandão dos Reis & Cia Ltda / Rua Antônio Macedo Soares, 1765 / Auto de Imposição de Penalidade série H nº 020673 / Indefiro

2018-0.038.923-6 / Galtec Enviro Lab Ltda ME / Rua Condado do Norte, 368 / Adv. Felipe Oliveira Cerqueira Alves OAB/SP nº 317.446 e Afonso Antonio dos Reis OAB/SP nº 283.679 / Auto de Imposição de Penalidade série H nº 015511 e Termo série D nº 02490 / Deixa de ser recebido por ter sido apresentado intempestivamente.

2018-0.059.672-0 / Império Medic Center Comércio de Produtos Farmacêuticos e Hospitalar Ltda / Rua Bartolomeu Paes, 471 / Auto de Imposição de Penalidade série H nº 014462 e Termos série F nº 8194 e série E nº 04083 / Indefiro

2018-0.060.278-9 / Pharma Care Farmácia de Manipulação e Cosméticos Ltda ME / Rua da Mooca, 3238 / Auto de Imposição de Penalidade série F nº 015508 e Termo série F nº 020990 / Indefiro

2018-0.060.472-2 / Sou Mais Farma Comercial Ltda / Av. Pedroso de Moraes, 521 / Auto de Imposição de Penalidade série H nº 013548 e Termo série F nº 013148 / Indefiro

2018-0.062.109-0 / Arvan Farmácia de Manipulação Ltda / Rua Francisco Tramontano, 191 / Adv. Claudia Thereza de Lucca Paes Mano OAB/SP 151.039 / Auto de Imposição de Penalidade série H nº 014466 e Termo série F nº 020834 / Indefiro

2018-0.062.921-0 / BB-3 Comércio de Alimentos Ltda / Rua Palestra Itália, 500 loja 236 / Adv. Rodrigo dos Reis Raja OAB/SP 306.658 e Tiago Yuzo Hendo OAB/SP 344.867 / Auto de Imposição de Penalidade série H nº 022048 e Termo série F nº 5284 / Indefiro

2018-0.065.427-4 / DG V Drogaria Ltda ME / Av. Maria Luiza Americano, 1766 / Auto de Imposição de Penalidade série H nº 2721 e Termos série F nº 024729 e série F nº 0247 / Indefiro

2018-0.068.099-2 / Sonda Supermercados Exportação e Importação Ltda / Av. Conselheiro Carrão, 2255 / Auto de Imposição de Penalidade série H nº 017767 / Indefiro

2018-0.070.811-0 / Raia Drogasil S/A / Rua Pamplona, 1792 / Adv. Bruna Barros Nascimento OAB/SP 371.621, Patrícia Marson Madeira Costa OAB/SP 100.082 e Tatiana Costa Penha OAB/SP 211.438 / Auto de Imposição de Penalidade série H nº 013584 e Termos série F nº 013203 e série F nº 5305 / Indefiro

2018-0.070.812-9 / Raia Drogasil S/A / Rua Dr. Mário Ferraz, 247 / Adv. Bruna Barros Nascimento OAB/SP 371.621, Patrícia Marson Madeira Costa OAB/SP 100.082 e Tatiana Costa Penha OAB/SP 211.438 / Auto de Imposição de Penalidade série H nº 013585 e Termo série F nº 013204 / Indefiro

2018-0.070.815-3 / Raia Drogasil S.A / Rua João Cachoeira, 1244 / Adv. Bruna Barros Nascimento OAB/SP 371.621, Patrícia Marson Madeira Costa OAB/SP 100.082 e Tatiana Costa Penha OAB/SP 211.438 / Auto de Imposição de Penalidade série H nº 022240 e Termo série F nº 013233 / Indefiro

2018-0.070.817-0 / Raia Drogasil S/A / Rua Afonso Sardinha, 13 / Adv. Bruna Barros Nascimento OAB/SP 371.621, Patrícia Marson Madeira Costa OAB/SP 100.082 e Tatiana Costa Penha OAB/SP 211.438 / Auto de Imposição de Penalidade série H nº 022241 e Termo série F nº 013234 / Indefiro

2018-0.073.987-3 / Minimercado Braga Neto Ltda ME / Av. das Cerejeiras, 555 / Auto de Imposição de Penalidade série D nº 08644 / Indefiro

2018-0.074.205-0 / R I Farma Ltda ME / Estrada da Riviera, 23 / Auto de Imposição de Penalidade série H nº 027209 e Termos série F nº 012916 e série F nº 011794 / Deixa de ser recebido por ter sido apresentado intempestivamente.

2018-0.074.212-2 / Droga EX Ltda / Estrada de Itapecerica, 2689 / Adv. Érico Lopes Cenachi OAB/SP 338.604, Alexandre Della Coletta OAB/SP 153.883, Rosangela Melo de Paula OAB/SP 314.432, Ingrid Cristini Ciglio OAB/SP 264.200 e Cláudio dos Santos Peçanha OAB/SP 351.822 / Auto de Imposição de Penalidade série H nº 014975 e Termo série F nº 1713 / Indefiro

6018.2018/0044146-5 / DimeHosp Comércio de Produtos para a Saúde Ltda EPP (DIMEHOSP) / Rua Guiara, 302 / Auto de Imposição de Penalidade série H nº 015556 e Termo série F nº 6112 / Indefiro

6018.2018/0045824-4 / Tri Hawk do Brasil Importação e Exportação de Produtos Médicos e Odontológicos Ltda / Rua Coronel Artur de Godoi, 92 / Auto de Imposição de Penalidade série H nº 015532 e Termo série F nº 8152 / Indefiro

6018.2018/0046300-0 / Kim Açaí Indústria e Comércio Importadora e Exportadora de Polpas e frutas Eireli (Kim Açaí) / Rua Bispo Isaias Sucasas, 258/266 / Auto de Imposição de Penalidade série H nº 019146 e Termos série F nº 1899 e série F nº 017316 / Indefiro

6018.2018/0046392-2 / Storm Comércio, Importação e Exportação de Produtos Médicos Hospitalares Ltda? / Rua Serra de Botucatu, 660 cjs. 52, 53, 65, 66, 67, 47 / Auto de Imposição de Penalidade série H nº 014235 e Termo série F nº 8177 / Indefiro

6018.2018/0050510-2 / Drogaria São Paulo S/A / Avenida Maria Coelho Aguiar, 920 / Adv. Alessandra de Almeida Figueiredo OAB/SP 237.754, Caroline da Silva Serafim OAB/SP 409.589, Luiz Carlos Santos de Brito OAB/SP 325.090, Tamires Bezerra Arias OAB/SP 353.879 e Márcio Fernandes de Freitas OAB/SP 352.617 / Auto de Imposição de Penalidade série H nº 024651 e Termo série F nº 024509 / Indefiro

RECURSO EM 1ª INSTÂNCIA AO AUTO DE MULTA

Proc. / Estabelecimento / Endereço / Auto de Multa nº / Despacho

2009-0.183.455-2 / Marlene Pereira Olivio Gonçalves ME / Rua Ajuricaba, 24 / Adv. Rafael de Araújo Bastos OAB/SP 355.224 / Auto de Multa nº 66-034.684-2 / Indefiro

2012-0.230.217-0 / Associação Beneficente Santo Antonio de Pádua / Rua Pangauá, 1089-A / Auto de Multa nº 66-032.931-0 / Indefiro

2013-0.306.172-0 / Supermercado Nova Benta Ltda / Rua Santa Maria, 441 / Auto de Multa nº 66-034.547-1 / Deixa de ser recebido por ter sido apresentado intempestivamente.

2013-0.312.513-3 / Nova Pão Divino Pães e Doces Ltda / Av. Dr. Arnaldo, 264 / Adv. Flávio Töffoli OAB/SP 285.649, Julio Cezar Nabas Ribeiro OAB/SP 258.757 e Marco Antonio Iamshuk OAB/SP 131.200 / Auto de Multa nº 66-033.591-3 / Indefiro

2016-0.054.716-4 / Tremembier Restaurante e Choperia Ltda ME / Rua Maria Amália Lopes de Azevedo, 89 / Auto de Multa nº 66-031.141-1 / Deixa de ser recebido por ter sido apresentado intempestivamente.

2016-0.092.665-3 / Farmácia Homeopática Medicabili Ltda ME / Rua Jaceru, 90 / Adv. Danilo da Silva Ferreira OAB/SP 406.751 / Auto de Multa nº 66-033.333-7 / Indefiro

2016-0.092.673-4 / Intedor Prestadora de Serviços Transdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Tratamento de Dor Ltda EPP / Rua João Moura, 1970 / Auto de Multa nº 66-030.522-4 / Indefiro

2016-0.096.468-7 / Food Master Comércio de Lanches e Refeições Ltda ME / Rua Tuiuti, 1789 / Auto de Multa nº 66-034.707-5 / Indefiro

2016-0.207.208-2 / Fechine Pizzaria Ltda ME / Rua Ibituruna, 793 / Auto de Multa nº 66-033.250-7 / Indefiro

2016-0.158.475-6 / Noglu Panificação Pastificio e Comércio de Alimentos Ltda ME / Rua Simão Alvares, 726 / Auto de Multa 66-032.240-4 / Indefiro

2016-0.186.556-9 / Panificadora Nova Penha Pão Ltda EPP / Av. Amador Bueno da Veiga, 1972 / Auto de Multa nº 66-034.506-4 / Deixa de ser recebido por ter sido apresentado intempestivamente.

2016-0.257.544-0 / Smilodon Odontológica Ltda / Av. Gameleira Branca, 177 / Auto de Multa nº 66-034.964-7 / Indefiro

2016-0.274.547-8 / MHM Serviços e Comércio de Alimentos / Rua Benjamim de Oliveira, 413 / Auto de Multa nº 66-031.295-6 / Indefiro

2017-0.031.845-0 / SLP Supermercado Ltda / Rua Jandiatuba, 89 / Auto de Multa nº 66-030.285-3 / Indefiro

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO — GOVERNO DO ESTADO — documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sábado, 15 de dezembro de 2018 às 04:26:46.